



RELATÓRIO

ATIVIDADES E CONTAS

2021





ÍNDICE

1 SÚMULA DA EXECUÇÃO	5
2 ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	8
3 AÇÕES REALIZADAS.....	10
3.1 COVID-19.....	10
3.1.1 Vacinação.....	11
3.1.2 Testagem.....	12
3.1.3 Plano de Contingência e Manual de Visitas.....	13
3.1.4 Formação e Sensibilização COVID-19.....	14
3.1.5 Desinfecção de Espaços.....	15
3.1.6 Aquisição de EPI.....	15
3.2 CONTRATUALIZAÇÃO COM SETOR ESTADO.....	15
3.2.1 Revisão Acordos de Cooperação ERPI e SAD.....	16
3.2.3 Renovação Contratos UCCI – Dr. Fernando Vale.....	16
3.2.4 Reforço Contratualização POAPMC e Cantinas Sociais.....	17
3.4 PROJETO DAR SENTIDO AOS DIAS / AÇÃO PALIATIVA.....	18
3.5 ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS.....	19
3.6 MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS – MATA E JARDINS.....	19
3.7 MANUTENÇÃO DAS PARCERIAS.....	21
3.8 CONTINUAÇÃO DAS OBRAS DE REABILITAÇÃO DO HOSPITAL DE BENEFICIÊNCIA CONDESSA DAS CANAS.....	25
3.9 A COMARCA DE ARGANIL.....	27
3.10 FORMAÇÃO COLABORADORES.....	28
3.11 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS – DR. FERNANDO VALE.....	29
3.12 SAD, ERPI E CENTRO DE DIA.....	34
3.12.1 SAD.....	34
3.12.2 Centro de Dia.....	37
3.12.3 ERPI – Lar de Idosos.....	40
3.13 ATIVIDADES DINAMIZADAS.....	44
3.14 CATL E AAAF.....	47
3.15 UNIDADE DE MEDECINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO (UMFR).....	48
4 RESUMO DAS CONTAS.....	48
4.1 Rendimentos.....	50
4.2 Gastos.....	52
4.3 Resultado do Exercício.....	54
4.4 Mapa de Investimentos.....	56
5 CONCLUSÃO.....	57
ANEXOS	



1 | SÚMULA DA EXECUÇÃO

No momento em que se procede à redação do presente documento, podemos referir que a presença dos sinais de Pandemia pelo COVID-19 ainda se mantêm, embora, diga-se em abono da verdade, com um impacto mais reduzido, isto no que à mortalidade diz respeito, face ao verificado no ano de 2020 e, muito em particular, em relação a 2021.

Não obstante a mitigação gradual das consequências da Pandemia, muito graças à implementação do Protocolo de vacinação, nomeadamente junto dos públicos mais vulneráveis, verificou-se que o ano transato, 2021 entenda-se, **continuou a ser fortemente condicionado** nomeadamente ao nível do desenvolvimento de atividades por parte da Instituição.

Por outro lado, o contexto atual tem sido marcado pelo recrudescimento de conflitos entre Estados, com especial incidência na Europa, onde se verifica **um cenário de agressão bélica** que opõe a Rússia à Ucrânia, esta última uma Democracia com pretensões em aderir à União Europeia e à NATO.

Embora estejamos perante a avaliação do ano de 2021, isto no que se refere ao desempenho da Misericórdia, a referência a esse conflito merece toda a pertinência, na medida em que, **pela gravidade que representa, pelos atropelos aos Direitos Humanos que encerra e pelos impactos económicos e sociais que provoca, não pode passar ao lado desta Instituição.**

Tanto mais, que esse conflito trará impactos negativos para as Instituições do Setor Social, quer seja pelo esforço a realizar ao nível do acolhimento de refugiados, quer seja pelos impactos no quotidiano das Instituições ao nível da sua estrutura de custos, **nomeadamente energéticos.**

Dito isto, importa agora destacar que a atuação da Misericórdia em 2021 privilegiou o seu ajustamento às condicionantes existentes, sem que tal deixasse de equacionar os objetivos que esta entidade se propôs concretizar.

Nesse sentido, importa destacar a preocupação da Instituição com **o processo de vacinação** que teve início ainda em 12 Janeiro de 2021, tendo-se prolongado nos termos do respetivo plano que iniciou com duas doses e culminou numa terceira.

Assim, e ainda antes de se ter concluído um mês do início do processo de vacinação em Portugal (27 de Dezembro), a Misericórdia conseguiu arrancar com a inoculação de colaboradores e



utentes, ressaltando-se aqui a articulação com as equipas de enfermagem do Centro de Saúde local, que se deslocaram à Instituição, designadamente à resposta social de ERPI/Lar de Idosos.

Em relação à Unidade de Cuidados Continuados Integrados – Dr. Fernando Vale, e pela natureza deste equipamento, foram os profissionais de saúde da Misericórdia a assegurarem a respetiva vacinação.

Simultaneamente, **o recurso à testagem preventiva** manteve-se como uma prática na Instituição, quer através da aplicação da metodologia RT-PCR, quer através do recurso aos testes antigénios, procedimento que possibilitou a deteção atempada de eventuais casos positivos e a imediata intervenção no controlo do respetivo impacto, recorrendo-se ao Plano de Contingência em vigor.

Não obstante o empenho da Instituição e dos seus colaboradores no que à Pandemia diz respeito, não podemos obliterar que esta teve impactos negativos, não apenas junto do quotidiano dos utentes, mas de igual modo na componente económica da Instituição.

A este propósito não podemos deixar de referir **a quebra dos níveis de frequência de algumas respostas sociais, como foi o caso do Centro de Dia, nomeadamente na sede**, e que, apesar da reabertura gradual a partir de Junho de 2021, não obteve a adesão desejada, muito por receio dos beneficiários/utentes e do seu consequente regresso ao contexto institucional.

Por outro lado, a atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) que teve um aumento de 4,75% e a oscilação da Inflação, que fechou o ano em 1,3%, **não foram acompanhados pelo crescimento na mesma dimensão dos valores inscritos no Compromisso de Cooperação 2021-2022**, neste último caso a atualização foi de apenas 3,6%, face a 2020, nas diversas respostas sociais.

Apesar dessas condicionantes, **a Instituição manteve os investimentos em curso**, nomeadamente no antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas, na Mata das Misericórdias e em algumas das zonas de circulação pedonal do Complexo Social.

De igual modo, **programas como as Cantinas Sociais e o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) tiveram continuidade**, também com um enorme esforço da Instituição, tendo-se assistido a um alargamento do número de beneficiários.



Do lado do património, a **Instituição procedeu à alienação de alguns imóveis**, com a devida aprovação da Assembleia Geral e destinados ao suporte dos investimentos em curso, ao mesmo tempo que viu **concluído o processo negocial com a autarquia para a requalificação do Cineteatro Alves Coelho**, através da celebração de escritura de direito de superfície em Abril de 2021.

Simultaneamente, verificou-se a **revisão dos Acordos de Cooperação das respostas sociais de ERPI/lar de Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)**, isto no que às capacidades diz respeito, resolvendo assim, um problema que se arrastava há vários anos de forma incompreensível.

De igual modo, no âmbito do Hospital Dr. Fernando Valle – UCCI, **foram celebrados novos contratos de funcionamento abrangendo um novo triénio (2021-2023)**, uma vez que os que estavam em vigor terminaram em 31 de Dezembro de 2020.

Ainda no campo das respostas desenvolvidas pela Instituição, destaque para a **continuidade da intervenção no âmbito da ação paliativa**, neste caso através da continuidade do projeto *“Dar Sentido aos Dias”*, o qual, a partir dos meses de Fevereiro e Março, passou a concentrar a sua atuação no concelho de Arganil, em virtude do término do apoio da Fundação la Caixa | BPI.

Assim, e após doze meses intensos, marcados ainda pelo cenário de Pandemia, a Instituição procurou assegurar as suas principais linhas de atuação, tendo em vista concretizar as metas que se propôs concretizar: Assegurar a operacionalidade das diversas respostas sociais e manter os investimentos em curso, numa perspetiva de reforço da capacidade de intervenção da Misericórdia.

Esses objetivos, apesar das enormes dificuldades verificadas no terreno e no cenário envolvente, com especial destaque para o agravamento das condições económicas e sociais registadas no País, na Europa e no Mundo, foram, na sua generalidade, alcançados.



2 | ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Fundada em 1647, A Santa Casa da Misericórdia de Arganil é uma Instituição de direito privado à qual foi reconhecido o Estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com a respetiva utilidade pública, encontrando-se registada no Livro n.º 1 das Irmandades das Misericórdias, folhas 64 e 64 verso, da Direção Geral da Segurança Social.

Em termos de enquadramento legal ela rege-se pelo Decreto de Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro, na versão republicada com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei 172-A/14 de 14 de Novembro e pela Lei n.º 76/2015 de 28 de Julho.

Integra ainda, a esfera da Economia Social, nos termos da Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio, designadamente na “família” das Misericórdias.

A Instituição é composta por três grandes áreas de atuação, às quais foram atribuídas as seguintes designações: Complexo Social, Complexo de Saúde e Complexo Desportivo e Cultural.

No âmbito do Complexo Social estão agregadas todas as respostas sociais e equipamentos cuja atuação está inserida no campo da Cooperação com o Setor Estado, especificamente associada à área do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, materializada através de acordos de cooperação estabelecidos com este Ministério, maioritariamente via Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra (CDSS – Coimbra), o Instituto de Solidariedade Social (ISS,IP), ou o Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP,IP).

As respostas sociais em causa são: Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de Dia (sede e Secarias), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL).

De igual modo, as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) estão associadas à organização do Complexo Social, apesar de resultarem de protocolo com a Câmara Municipal de Arganil.

Também os projetos de intervenção comunitária, como são o caso do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC- FEAC), a par das Cantinas Sociais, inseridas no Programa de Emergência Social (PES), assim como a Mata e os Jardins, estão afetos ao Complexo Social.

No campo das parcerias, estão ainda aqui incluídos os casos dos protocolos com as Instituições de Economia Social locais, ou a participação em estruturas de intervenção, designadamente o



Conselho Local de Ação Social (CLAS), o Rendimento Social de Inserção (RSI) e o Conselho Geral (CG), este último no âmbito do Agrupamento de Escolas de Arganil, sem esquecer a Loja Social onde a Misericórdia marca presença.

O desenvolvimento do projeto *“Dar Sentido aos Dias”* que assenta na dinamização, quer em contexto Institucional e quer em contexto domiciliário, de uma equipa vocacionada para a ação paliativa, está agregada ao funcionamento deste mesmo Complexo.

Quanto ao Complexo de Saúde, tal como o nome sugere, encontra-se vocacionado para o desenvolvimento de respostas afetas à prestação de cuidados com predominância na órbita dos serviços de Saúde, designadamente equipamentos cujo funcionamento se encontra associado à celebração de contratos, acordos ou convenções, e cuja comparticipação tem o domínio do Ministério da Saúde, diretamente, ou por intermédio da Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-C).

Neste contexto destaque para o Hospital Dr. Fernando Vale – Unidade de Cuidados Continuados Integrados, onde estão integradas as tipologias de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção, assim como a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR).

Também o caso da remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas está enquadrado neste segmento de atuação da Instituição.

No que ao Complexo Desportivo e Cultural diz respeito, este é composto pelas diversas infraestruturas colocadas ao dispor da comunidade podendo, simultaneamente, ser utilizadas pela Instituição no âmbito das atividades promovidas para os seus utentes, designadamente o “Campo de Futebol Eng. Eduardo Ralha”, as “Piscinas Zé Miguel Coimbra” e o campo polivalente que lhe está associado.

Também A Academia Condessa das Canas, localizada na antiga Escola Adões Bermudes, sita no Paço Grande, está inserida nesta estrutura da Misericórdia, e por meio da qual são dinamizadas diversas atividades de âmbito cultural, como o caso do Ballet e do canto, neste último caso através do Orfeon Maestro Alves Coelho.

De igual modo, a Instituição conta com a sua Igreja, classificada como monumento de interesse municipal, e onde se encontra localizado o órgão de tubos, sendo a sua utilização da responsabilidade do Orfeon da Misericórdia.



Este espaço, apesar de ter tido a sua utilização condicionada em 2021, por força da Pandemia, é por natureza um edifício de acesso ao público, das 9h às 19h, sendo nele que se realizam as cerimónias religiosas da vida da Misericórdia, designadamente a Festa em Honra de Santa Isabel.

Mais recentemente, e a partir de Novembro de 2021, a Igreja da Misericórdia foi cedida para acolher a celebração da Missa da Paróquia de Arganil, em virtude das obras em curso na Igreja Matriz da Vila.

Por último, e não menos importante, a Misericórdia conta com o centenário título *A Comarca de Arganil*, com a vetusta idade de 121 anos de existência, cuja área de atuação noticiosa abrange nove concelhos, no âmbito da chamada Beira Serra, como são os casos de Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Tábua, Vila Nova de Poiares, Penacova, Lousã e Miranda do Corvo.

3 | AÇÕES REALIZADAS

Tal como já foi enunciado na Súmula da Execução, o ano de 2021 foi ainda marcado pela Pandemia, facto que implicou ajustes permanentes à atuação da Instituição, tendo como enfoque a proteção de utentes e colaboradores.

Razões que fundamentaram a continuidade de diversas atividades direcionadas para a prevenção de situações de infeção por COVID-19, ou de contenção quando era esse o caso, aspetos que motivaram uma permanente atenção à organização dos serviços e à continuação do trabalho do chamado Grupo Operacional COVID-19, constituído em 2020 no seio da Misericórdia, para responder eficazmente a esta realidade.

3.1 | COVID-19

Se 2020 foi o ano em que a Pandemia foi assumida como um desafio global, afetando todas as regiões do mundo e causando grandes disrupções na economia e nas relações entre as pessoas, ao mesmo tempo que gerou um empenho das nações para que, em tempo útil, fossem desenvolvidas formas de “combate” e prevenção da doença, já **2021 foi o ano de implementação de muitas das soluções obtidas nesse desiderato.**



Não obstante um maior conhecimento da doença e, consequentemente, a identificação de procedimentos destinados à sua prevenção ou mesmo à sua sinalização e isolamento, o primeiro trimestre do ano foi **marcado pelo significativo aumento de internamentos hospitalares** e de óbitos, isto não só a nível nacional, como também internacional.

Contudo, foi possível, graças ao forte empenhamento da indústria farmacêutica e dos governos, dar-se início à vacinação das pessoas, sem esquecer a testagem das mesmas, dois aspetos cruciais para que a Pandemia tivesse começado a ser, realmente, debelada.

3.1.1 | Vacinação

Aprovado em Portugal o Plano de Vacinação para COVID-19, e iniciando-se este ainda em Dezembro de 2020, foi possível registar com agrado que, logo no dia 12 de Janeiro de 2021, teve início o processo de toma da primeira dose junto do universo da Misericórdia.

Desta forma, e entre o dia **12 de Janeiro e o dia 5 de Fevereiro, mais de 90% dos colaboradores** da Misericórdia tinham sido inoculados com a primeira dose da vacina da Pfizer, bem como os utentes das respostas de ERPI/Lar de Idosos e UCCI-Dr. Fernando Vale.



Foto n.º 1: Vacinação na UCCI – Dr. Fernando Vale

Em relação à segunda dose da vacina, esta começou a ser administrada ainda no decurso do mês de Fevereiro, designadamente no dia 4, e neste caso junto de todos aqueles que tinham realizado 15 dias de intervalo em relação à primeira dose, estendendo-se essa segunda toma até ao dia 26 do mesmo mês.



Importa, no âmbito da vacinação, **realçar a celeridade no cumprimento do plano inicial de vacinação (1º e 2º dose) na Misericórdia**, aspeto crucial para que os impactos da doença viessem a ser minorados no interior da Instituição, com especial incidência na proteção dos utentes mais vulneráveis e frágeis.

Aqui, destaque para a componente logística/informativa montada na ERPI / Lar de Idosos e na UCCI – Dr. Fernando Vale, que possibilitou a rápida mobilização e envolvimento de todos os destinatários, facto que traduz a percentagem residual de não vacinados que se terá cifrado em pouco mais de 2% (5), entre utentes e colaboradores.

Com a introdução da terceira dose de reforço, assistimos a uma alteração dos procedimentos no âmbito do processo de vacinação. Neste caso, passou a vigorar a lógica de “casa aberta”, o que implicou que os colaboradores (ERPI/Lar de Idosos) tivessem que se deslocar ao exterior da Instituição, mantendo-se a vacinação no interior da Misericórdia apenas para os utentes.

Contudo, podemos verificar que, ainda em Novembro de 2021, foi possível vacinar com a terceira dose utentes e colaboradores da UCCI-Dr. Fernando Vale, e, em Dezembro, teve início esta nova fase junto dos demais elementos, num processo que ainda vai decorrendo, mas agora com menor magnitude.

Podemos pois afirmar, que a vacinação foi decisiva para a estabilização interna das medidas destinadas ao controle da Pandemia, ao mesmo tempo que se revelou crucial para a mitigação dos efeitos da doença, quando manifestada.

Só graças à vacinação se tornou viável dar-se início ao processo de retoma à normalidade, a qual ainda não está adquirida na plenitude, mas com avanços significativos, como foi o caso da retoma das visitas e das saídas, ou a reabertura em horários habituais de diversos serviços da Instituição.

3.1.2 | Testagem

Se a vacinação se revelou fundamental para a mitigação dos efeitos da doença, nomeadamente junto dos mais vulneráveis, já a testagem regular e assídua possibilitou, acima de tudo, a prevenção de focos de contágio.



A Misericórdia manteve, dessa forma, a prática iniciada ainda em 2020 de **realização de testes junto de utentes e colaboradores**, recorrendo à aquisição de testes antigénio destinados a utilização interna, e à metodologia RT-PCR, através da colaboração com a Segurança Social e/ou da Saúde Pública.

A realização dessa testagem massiva e regular, envolvendo utentes e colaboradores, possibilitou a rápida identificação de casos suspeitos, confirmados ou não (através da metodologia RT-PCR), e a aplicação das medidas de contenção previstas, quer nas normas da DGS e, muito em particular no Plano de Contingência.

Nesse sentido, **foram realizados mil duzentos e noventa e nove (1299) testes ao longo de 2021**, e destes, quinhentos e setenta (570) pela metodologia RT – PCR, enquanto que os restantes (729) foram testes Rápidos Antigénio de uso profissional.

Tal estratégia, possibilitou uma intervenção precoce na sinalização dos riscos e a gestão adequada dos recursos disponíveis, designadamente humanos.



Foto n.º 2: Testagem Preventiva

3.1.3 | Plano de Contingência e Manual de Visitas

Associados ao esquema de intervenção desenhado pela Instituição no âmbito da Pandemia, tivemos ainda a **manutenção do Plano de Contingência**, abarcando as respostas residenciais e os diversos departamentos da Instituição, o qual foi sendo revisto e atualizado de acordo com as necessidades e as orientações da DGS.



Simultaneamente, o **Manual de Visitas** foi também sendo ajustado à **evolução da Pandemia** e ao seu impacto, nomeadamente no seio da comunidade, aspeto que levou a que fosse alvo de revisão quando necessário, compatibilizando-o com o próprio Plano de Contingência.

Estas duas ferramentas revelaram-se cruciais para estabelecer a linha de atuação da Instituição e a estratégia a adotar a cada momento, para agilizar uma melhor resposta em tempo útil, mecanizando procedimentos.

A este propósito a **Intuição** manteve a **obrigatoriedade de admissão com apresentação de teste RT-PCR negativo** na ERPI, e na UCCI, e, de acordo com a natureza da resposta em causa, o comprovativo da toma de vacina.

3.1.4 | Formação e Sensibilização COVID-19

Sendo um desafio para o qual muitos poucos estavam preparados ou mentalizados, a Pandemia, e o “combate” a esta, implicou que junto dos colaboradores fossem sendo realizadas ações de carácter formativo/informativo e de sensibilização, tendo em vista manter a atenção dos profissionais, a atualização do conhecimento e a renovação dos procedimentos a adotar.

Nesse sentido, foram realizadas 12,5 horas de formação/informação cuja temática específica foi o COVID-19, abrangendo um total de 77 colaboradores.

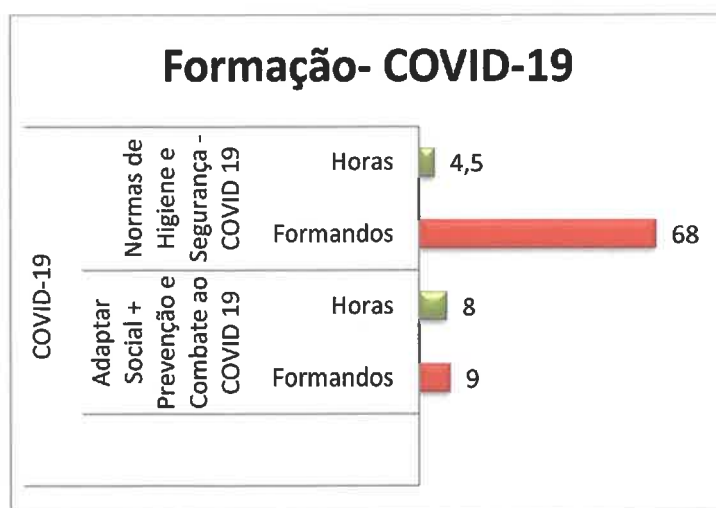


Gráfico n.º 1: Distribuição Formação COVID-19



3.1.5 | Desinfecção de Espaços

Outro aspeto importante na atuação da Instituição em contexto de Pandemia, foi a **manutenção regular da desinfecção dos espaços**, nomeadamente das respostas com oferta residencial, isto para além das áreas de utilização comuns.

Assim, e obedecendo a uma sequência predefinida, as equipas de desinfecção, semanalmente, procediam à aplicação de produtos específicos para higienização dos espaços de bactérias e eliminação de vírus.

3.1.6 | Aquisição de EPI

Outra componente essencial para lidar com a Pandemia teve que ver com a **aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)**, designadamente máscaras, luvas, batas, fatos de proteção individual, entre outros produtos.

E se em 2020 a Instituição se deparou com enorme dificuldade na aquisição destes EPI, muito por culpa da escassez da oferta, face à procura, em 2021 assistiu-se a uma estabilização do mercado, o que possibilitou uma relativa normalização da sua aquisição.

Não obstante, o consumo deste género de produtos passou a representar uma despesa com algum relevo, tendo atingido no ano transato o montante de vinte e oito mil, quatrocentos e catorze euros (28.414,00€), e apesar da candidatura apresentada à segunda edição do Programa Adaptar Social +, o contributo deste foi de apenas três mil, seiscentos e dez euros (3.610,00€), claramente insuficiente para as necessidades.

3.2 | CONTRATUALIZAÇÃO COM SETOR ESTADO

A relação de parceria existente entre a Misericórdia e o Setor Estado, enquadrada no âmbito do Modelo de Proteção Social existente em Portugal, e no qual as Instituições do Setor Solidário são parceiras, assistiu em 2021 a um reforço no que à celebração de Acordos/Contratos diz respeito.



Não significa que tal tenha correspondido a um efetivo aumento de receitas para a Instituição, mas certamente representou um reforço da colaboração entre as duas entidades, com benefício direto para a comunidade.

Por outro lado, não podemos deixar de referir que é dessa parceria entre Estado e Sociedade Civil, na qual a Misericórdia se integra, que muitos dos problemas têm tido solução, através do aproveitamento da proximidade das Instituições de Solidariedade às populações, graças à sua rede capilar de equipamentos.

3.2.1 | Revisão Acordos de Cooperação ERPI e SAD

Apesar de inscrito no Plano de Ação para 2022, e mesmo sendo uma pretensão manifestada pela Misericórdia ao longo dos últimos anos, foi ainda possível, em 7 de Dezembro de 2021, finalmente, **proceder-se à celebração de novos Acordos de Cooperação para as respostas de ERPI/Lar de Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).**

Essa alteração aos Acordos até aí existentes, contemplou apenas o alargamento da capacidade em ERPI/Lar e em SAD, passando, respetivamente, para 120 e 40 utentes, não abrangendo contudo, o aumento dos beneficiários comparticipados.

No entender da Mesa Administrativa, a adequação das capacidades, especialmente na resposta de ERPI/Lar de Idosos, era algo que se impunha, e por isso de inteira justiça, tanto mais que nunca se percebeu a demora da conclusão deste processo, apesar dos pareceres favoráveis à alteração agora concretizada.

De realçar, que o alargamento das capacidades nas respostas atrás enunciadas, contribuirá para a perspetiva de reforço da sustentabilidade da Misericórdia, na medida em que abre portas à revisão dos mesmos Acordos de Cooperação para a eventual reafecção de verbas, designadamente as provenientes da revisão em baixa do Acordo de Cooperação do Centro de Dia da sede.

3.2.3 | Renovação Contratos UCCI – Dr. Fernando Vale

Tendo terminado em Dezembro de 2020 os contratos celebrados com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC) referentes ao desenvolvimento das tipologias de Longa Duração e



Manutenção (LDM) e Média Duração e Reabilitação (MDR), no equipamento Unidade de Cuidados Continuados Integrados – Hospital Dr. Fernando Vale, tornava-se crucial a sua continuidade.

Nesse sentido, e sem que tivesse existido qualquer interrupção dos serviços em causa, **foi possível a celebração de novos contratos para o triénio 2021-2023**, no dia 10 de Maio de 2021, mantendo-se dessa forma o número de camas existentes (24), distribuídas equitativamente pelas duas tipologias em cima identificadas.

3.2.4 | Reforço Contratualização POAPMC e Cantinas Sociais

Em face da Pandemia, e na sequência do que vinha ser realizado desde 2020, o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) viu ser reforçado o seu número de beneficiários.

Nesse sentido, foi celebrada, em Novembro de 2021, uma Adenda ao contrato em vigor, com o Instituto da Segurança Social, IP, destinada ao reforço do Programa POAPMC.



Foto n.º 3: Assinatura Adenda ao POAPMC

Deste modo, no território composto por Arganil, Penacova e Vila Nova de Poiares, foram distribuídos, aproximadamente, **300 mil unidades de produtos alimentares**, correspondendo a **162,77t**.



A Misericórdia de Arganil, passou a apoiar, mensalmente, 182 pessoas, enquanto que as congéneres de Vila Nova de Poiares e Penacova apoiaram 100 beneficiários cada.

No total, o “consórcio” liderado pela Misericórdia de Arganil, conjuntamente com as Misericórdias de Penacova e V. N. de Poiares, apoiou, entre entradas e saídas de pessoas no Programa e ao longo do ano de 2021, **499 destinatários**.

No caso concreto do território de Arganil, verificou-se que, em 2021, a Misericórdia distribuiu **138 mil unidades de produtos**, o que correspondeu a, aproximadamente, **77,5 t de géneros alimentícios** pelos seus beneficiários.

Assim, durante o ano transato, no território de Arganil, foram distribuídas **138020 unidades de bens alimentares**, correspondendo a um total de mais de **77 toneladas** e destas, **23,96%** corresponderam a **leite**, **11,27%** à **mistura de vegetais**, **8,46%** a **massa simples** e **7,99%** a **arroz carolino**.

Também nas Cantinas Sociais, medida que integra o Programa de Emergência Alimentar (PEA) e que foi criado durante o período de assistência financeira ao País, o número de refeições confeccionadas foi mantido nas 24 diárias, tendo sido celebrada nova Adenda, em 8 de Março de 2021, suportando a continuidade desta medida.

O prolongamento temporal desta medida possibilitou que fossem asseguradas cerca de **oito mil cento e trinta e quatro refeições (8134)**.

3.4 | PROJETO DAR SENTIDO AOS DIAS / AÇÃO PALIATIVA

Iniciado em 2020, o Projeto *Dar Sentido aos Dias* prolongou-se durante o ano de 2021, apesar do apoio recebido da *Fundação La caixa BPI* ter sido esgotado durante o primeiro trimestre desse ano (10.000,00€ - Valor remanescente que transitou de 2020).

Contudo, e porque os utentes em causa e a natureza das patologias de que padeciam assim o exigia, a **Instituição fez um esforço para que o apoio no campo da ação paliativa se mantivesse durante os meses subsequentes**.

Para tal, agregou o apoio em causa ao Serviço de Apoio Domiciliário existente na Instituição, ao mesmo tempo que manteve o apoio médico e de enfermagem ao projeto, assegurando um acompanhamento de cerca de 50 utentes no total do ano.



Por outro lado, os encaminhamentos e as solicitações por parte das unidades hospitalares públicas, como foram o caso do Instituto de Oncologia de Coimbra (IPOC) e do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra (CHUC), mantiveram-se, facto que obrigou a que a equipa continuasse no terreno.

A incorporação no SAD das competências adquiridas no âmbito do projeto Dar Sentido aos Dias revelou-se crucial para potencializar, já em 2022, a apresentação de candidatura ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), com a designação de *“Estamos mais próximos de quem precisa”* tendo em vista o reforço da capacidade da Instituição neste campo.

3.5 | ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS

Apesar da manutenção da situação de pandemia, foi possível a retoma de algumas das atividades associadas ao projeto cultural da Academia Condessa das Canas, com especial incidência no projeto da Academia de Ballet.

Dessa forma, assistimos à retoma das aulas juntos dos mais jovens e em diversas classes etárias, assim como em diversos estilos de dança, tendo esse regresso o devido reconhecimento no espetáculo de bailado que teve lugar no dia 16 em Janeiro de 2022 no auditório da Cerâmica Arganilense.

Quanto ao Orfeon Maestro Alves Coelho, não foi ainda possível a conjugação das condições necessárias para que se tenha verificado o regresso à atividade.

3.6 | MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS – MATA E JARDINS

A Promoção dos valores da preservação ambiental, especialmente em face da agenda climática mundial, tiveram tradução na valorização da Mata das Misericórdias, quer através da limpeza e manutenção dos espaços, quer pela plantação regular de espécies autóctones de folha caduca e quer através da abertura de aceiros e caminhos para a eficaz deslocação de viaturas de combate a incêndios e a contenção da propagação de eventuais fogos.

Contudo, registaram-se ao longo de 2021 várias ignições criminosas, as quais não tiveram maior impacto graças ao trabalho de limpeza de que a Mata tem sido alvo ao longo dos anos, à



existência de faixas de árvores de folha caduca, e à pronta intervenção dos Bombeiros Voluntários de Arganil.



Foto n.º 4: Abertura de acessos e aceiros

Outro dado a reter no campo da preservação do espaço natural que é a Mata das Misericórdias, passou pela **parceria com a Escola Superior Agrária de Coimbra**, nomeadamente ao nível do desenvolvimento de estudo destinado ao controle de espécies invasoras, como é o caso das muito conhecidas “mimosas”.



Foto n.º 5: Realização de Fogo controlado para controlo de espécies invasoras



Uma outra atividade que foi retomada em 2021 foi a realização do corta-mato do Agrupamento de Escolas de Arganil, no âmbito do desporto escolar que, mais uma vez, teve no lugar na mata da Instituição.



Foto n.º 6: Realização de Corta Mato Escolar

3.7 | MANUTENÇÃO DAS PARCERIAS

O desenvolvimento de várias parcerias tem sido uma constante ao longo da história da Misericórdia, sejam estas com o Setor Estado, sejam com outras entidades.

Ao nível do Setor público a colaboração com diversas entidades da esfera do Estado tem sido muito significativa, sendo disso exemplo os **diversos Acordos e Protocolos celebrados no ano transato**, como, por exemplo, os Protocolos ao nível de respostas e equipamentos como a ERPI/Lar de Idosos, SAD, Unidade de Cuidados Continuados Integrados – Dr. Fernando Vale, Cantinas Sociais e POAPMC, já atrás enunciados.

Por outro lado, não podemos deixar de referir a convenção celebrada com a ADSE, no âmbito da Unidade de Medicina Física e de reabilitação, e que veio contribuir para o alargamento das entidades parceiras dessa estrutura de saúde da Misericórdia.



Ainda no campo da saúde, a Misericórdia não pode deixar de destacar a **colaboração com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra**, por meio da qual foi possível a realização de vários estágios de ensino clínico por alunos de enfermagem na UCCI – Dr. Fernando Vale.

Esta colaboração é, no entender da Instituição, muito significativa, na medida em que estabelece uma parceria que no passado nunca se tinha concretizado por razões às quais a Misericórdia foi alheia e que, finalizado que está 2021, podemos dizer que foi proveitosa para todos os intervenientes.



Foto n.º 7: Receção ao Grupo de alunos de enfermagem

No campo da educação a Instituição manteve a sua **colaboração com o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Arganil** e, ainda no universo escolar, reforçou o apoio no âmbito da Terapia da Fala às crianças da Escola Básica de Arganil, com o contributo de duas terapeutas.

Ainda nesta relação de estreita parceria, a Misericórdia manteve o apoio monetário de duzentos e cinquenta euros (250,00€) para o reconhecimento no âmbito do **quadro de mérito e excelência** e cuja entrega decorreu no dia da Escola.



Foto n.º 8: Prémio Jorge Paiva

Outro campo de colaboração manifestou-se no **patrocínio do prémio Jorge Paiva**, promovido pelo Centro de Formação de Escolas de Coimbra Interior, e que visa premiar trabalhos destinados à preservação do ambiente, sendo o contributo da instituição de mil euros (1.000,00€)

Também com a Igreja, nomeadamente a Paróquia de Arganil, a Instituição procurou reforçar a sua colaboração, não apenas **adquirindo diversos exemplares da obra alusiva ao Santuário do Mont'Alto, como de igual modo tem cedido a sua Igreja para a celebração** da Eucaristia, em virtude das obras em curso na Igreja Matriz.

Em relação a outras Instituições do Setor Social, foi possível a **manutenção da colaboração no desenvolvimento das Cantinas Sociais**, medida esta que tem tido suporte em diversas entidades espalhadas pelo território de Arganil (Coja, Pombeiro da Beira, Barril do Alva, Sarzedo, Cepos, etc).

Uma outra ação que poderá ser incluída na dinâmica das parcerias, foi a **participação da Misericórdia numa jornada de reflexão promovida pela congénere de Melgaço** e que reuniu quadros técnicos e dirigentes de diversas Santas Casas, cabendo à nossa Instituição a apresentação de um trabalho sobre a cultura identitária deste movimento em que nos inserimos e que conta com mais de quinhentos anos.



Foto n.º 9: Jornadas de Reflexão na Misericórdia de Melgaço

Quanto ao movimento das Misericórdias Portuguesas, a Misericórdia tem mantido a **colaboração técnica com o Secretariado Regional de Coimbra da União das Misericórdias Portuguesas (UMP)**, destacando-se aqui a organização de reunião desta estrutura no passado dia 9 de Outubro de 2021 e que teve lugar em Arganil, nomeadamente no espaço do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, tendo como pano de fundo o dia Mundial dos Cuidados Paliativos.



Foto n.º 10: Reunião do Secretariado Regional de Coimbra UMP



3.8 | CONTINUAÇÃO DAS OBRAS DE REABILITAÇÃO DO HOSPITAL DE BENEFICÊNCIA CONDESSA DAS CANAS

Um dos objetivos a que a Instituição se propôs dar continuidade em 2021, foi a manutenção do investimento no antigo hospital da Misericórdia, o qual, e apesar da pandemia, continuou a tomar forma na vila de Arganil, prolongando-se para 2022.

Simultaneamente, a Misericórdia adjudicou trabalhos no montante de cento e noventa e sete mil, quatrocentos e cinquenta euros e três cêntimos (197.450,03€) destinados à **instalação de um Grupo de Geradores e de Posto de Transformação**, o que virá a reforçar a capacidade da nova unidade, conforme deliberação de ratificação pela Assembleia Geral de 23 de Abril de 2021, o que revela o grau de empenho da Instituição neste projeto.



Foto n.º 11: Obras no Hospital de Beneficência Condessa das Canas



Simultaneamente, a Misericórdia continua a sua demanda para que seja possível a inauguração do espaço em 2022, com **serviços vocacionados para os Cuidados Paliativos**, através da contratualização das camas a disponibilizar para a Rede Nacional de Cuidados Paliativos (RNCP). Para tanto, tem apostado na divulgação do projeto junto da comunicação social, com diversos apontamentos publicados em jornais de referência na região como é o caso do Diário de Coimbra.

14 | 22 OUT 2021 | SEXTA-FEIRA

Diário de Coimbra

REGIÃO DAS BEIRAS

MISERICÓRDIA DE ARGANIL

“Basta amar para aliviar o sofrimento”



Joana Ribeiro, professora

Joana Ribeiro é a mentora do projeto que tem vindo a ser desenvolvido na vertente paliativa, procurando dar «alento e ajuda» diferenciados às famílias e aos doentes que não têm de estar sozinhos, quer na caminhada, quer no fim do percurso. E esta equipa de ação paliativa permite isso, garante. «Não criando falsas expectativas a ninguém, porque temos noção dos quadros clínicos de cada paciente, mas fazendo entender que até no fim de vida nós podemos e devemos amar incondicionalmente o outro», afirma. «Basta amar para aliviar o sofrimento. Quando estamos sozinhos a dor é mais difícil de ultrapassar, e é mais suportável quando estamos acompanhados, quer pelos nossos ou terceiros», acrescenta.

Este projeto tomou-se, assim, uma mais-valia, seis anos depois de ter sido idealizado (ajustado ao longo do tempo), curiosamente «no meio de uma pandemia». Por esse motivo, neste ano «trifurco outros caminhos, muda sua essência esteve sempre lá: dar apoio a quem mais precisava» fazendo também uma chamada de atenção para as pessoas. Desta forma, tanto a recuperação do Hospital Condessa das Canas, como a ação paliativa que é desenvolvida no terreno, são encetadas por Joana Ribeiro como uma função para estes doentes, onde têm lugar valores como a humanidade, empatia e compaixão.

Na idealização deste projeto, ressalva a preciosa ajuda de Vera Simões, assistente social, «ser humano e profissional excepcional» que deu (e continua a dar), pernas a este propósito, e para quem «paliativos é mais que fim de vida, e por isso «quanto mais cedo começarem esses cuidados, melhor qualidade de vida vamos ter».



Misericórdia dá passos largos na ambição de criar uma Unidade de Cuidados Paliativos

Arganil Consciente da importância de existir uma resposta de índole paliativa no concelho e na região, a Misericórdia de Arganil deseja, há muito, a instalação de uma Unidade de Cuidados Paliativos no antigo Hospital Condessa das Canas. O emblemático edifício tem sido alvo de obras de requalificação, cujos trabalhos têm avançado a bom ritmo, podendo entrar em funcionamento já em 2022

Sónia Morgado

No mês em que se assinala o Dia Mundial dos Cuidados Paliativos, a Santa Casa da Misericórdia de Arganil dá a conhecer o avanço, a bom ritmo, do investimento que está a ser feito na requalificação do antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas, ambicionando «o que dentro de poucos meses possa voltar a funcionar, desta feita como Unidade de Cuidados Paliativos, contribuindo para o alargamento da Rede Nacional.

«Prezamos que este hospital mantenha o gabarito de outros tempos, agora nos cuidados paliativos. Quero muito inaugurar este espaço, com essa finalidade, pela importância que representa para o concelho, região e para o país», sublinha o provedor José Dias

Coimbra.

Mais de uma década depois da idealização do projeto de recuperação do edifício do antigo hospital (pensado em articulação com a ARS do Centro para alocação à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados que, à data, integrava os cuidados paliativos. Só em 2012 foi criada uma rede autónoma para a qual a Misericórdia de Arganil quer contribuir), os trabalhos deverão estar concluídos até 31 de Dezembro, estando prevista a aquisição e instalação do equipamento hospitalar no início do próximo ano, com entrada em funcionamento, o mais tardar, no segundo semestre de 2022, podendo ser antecipada a sua abertura «se assim houver vontade do sector Estado em disponibilizar, rapidamente, camas em cuidados paliativos». Com

Santa Casa de Arganil reconhece ter condições para pôr a funcionar uma Unidade de Cuidados Paliativos

Trabalhos estarão finalizados até Dezembro. Segue-se a instalação do equipamento hospitalar

um investimento global a rondar os três milhões de euros, vocacionado para a prestação de cuidados à comunidade, esta nova unidade terá capacidade para 36 camas, representando uma resposta inovadora, beneficiando da localização central do concelho, podendo dar resposta a diferentes tipologias (paliativos, continuados de média e curta duração) e a todas as pessoas que necessitam desses cuidados, tanto a nível regional, como nacional. Desde 2019, a instituição tem vindo a ser confrontada com a existência de um maior número de cidadãos numa situação de grande vulnerabilidade, portadores de uma doença crónica ou em situação terminal, e sem uma resposta adequada, nomeadamente na prestação de cuidados paliativos. Tomando consciência desta

«dura» realidade, constatou também que, na região, a oferta paliativa é muito escassa porque, referem os responsáveis, tirando os serviços públicos, nomeadamente o IPO de Coimbra e o Hospital de Gantanhede, não há uma oferta ampla e abrangente para a procura existente. Posto isto, «as respostas tradicionais, como é o caso dos lares, acabaram por ter de se ajustar a adaptar a uma realidade para a qual não foram pensadas», prestando apoio, tanto na valência de lar de idosos como na Unidade de Cuidados Continuados Integrados (a funcionar desde 2006 na Misericórdia de Arganil), a pessoas que efetivamente carecem de uma abordagem paliativa.

Nesse ano, e no seguimento da candidatura apresentada ao Prémio BPI “La Caixa” Rural, começou a dar os primeiros

Extrato da Publicação no Diário de Coimbra de 22 de Outubro de 2021



3.9 | A COMARCA DE ARGANIL

Após a extinção da Fundação Memória da Beira Serra, veio à posse da Misericórdia o centenário título *A Comarca de Arganil*, o qual abrange, em termos de cobertura noticiosa, uma área territorial constituída por nove concelhos (9), a que, habitualmente, designamos de “Beira Serra”.

Assim, Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Tábua, Penacova, Vila Nova de Poiares, Lousã e Miranda do Corvo, têm espaço no jornal que conta com cento e vinte e um anos (121) e entrou, em 2022, já no seu centésimo vigésimo segundo (122^o) ano de existência.

Simultaneamente, o centenário jornal conta com uma média de três mil (3000) assinantes, entre a edição em suporte papel e a edição online, ao mesmo tempo que tem mais de nove mil seguidores na sua página oficial e no seu Facebook.

Por outro lado, a posse deste título por parte da Misericórdia reveste-se de grande importância, não apenas porque representa uma nova atividade para a Instituição, previamente autorizada pela Assembleia Geral e que **tem contribuído positivamente para o seu desempenho**, mas muito particularmente, porque **A Comarca de Arganil é o repositório da história desta região**.

No entanto, e apesar deste título estar devidamente registado na Entidade Reguladora para a Comunicação (ERC), foi alvo, em 31 de Junho de 2020, de uma **tentativa de registo da marca no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, situação semelhante ao sucedido junto de outros órgãos de comunicação social da região,

Tal situação, desencadeou uma reação pública conjunta, por parte desses mesmos órgãos de comunicação social visados, nessa tentativa de registo das respetivas marcas, através de uma conferência de imprensa realizada em Midões, Concelho de Tábua, no mês de Setembro de 2020.

Nesse sentido, a Misericórdia desencadeou processo de contestação ao pedido de registo efetuado, deduzindo a respetiva reclamação/oposição, tendo obtido provimento à sua pretensão, através do **despacho do INPI datado de 17 de Março de 2021** e publicado no Boletim da Propriedade Industrial de 7 de Abril desse mesmo ano.



Contudo, ainda em 2021, a Misericórdia teve que defender a marca, *A Comarca de Arganil*, em ação promovida junto do Tribunal da Propriedade Intelectual e movida pelo mesmo empresário que tentou registar a designação/marca do jornal no INPI.

Também aí, a Misericórdia viu ser-lhe reconhecida a sua razão, mantendo o registo da marca no seio da Instituição.

Estas ocorrências vieram, mais uma vez, reconhecer a importância d'*A Comarca de Arganil* para a região, mas de igual modo para a Misericórdia, onde representa um ativo, não apenas contabilístico e económico, mas especialmente um **património imaterial, como aliás Sua Excelência o Presidente da República, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa**, o designou por ocasião do seu centésimo vigésimo (120º) aniversário.

3.10 | FORMAÇÃO COLABORADORES

Sendo a formação um aspeto crucial no desenvolvimento humano e na melhoria dos serviços prestados pelas organizações, a Misericórdia não deixou de procurar, apesar das limitações que a pandemia ainda impôs em 2021, assegurar a realização de várias sessões destinadas à qualificação dos seus colaboradores.

Para tal, deu continuidade à **implementação da candidatura aprovada no âmbito do POISE** e cujo enfoque incidiu na área da saúde, assim como dinamizou várias sessões de cariz interno numa ótica informativa/sensibilização. Assim, a Instituição assegurou 124,5 horas de formação, abrangendo 138 colaboradores.



Foto n.º 12: Formação em Cuidados paliativos



Formação/Ação	Formandos	Horas
Cuidados Paliativos na RNCCI-Nível 2	10	25
Cuidados Paliativos na RNCCI-Nível 6	12	25
Cuidados de Reabilitação - Nível 2	12	25
Suporte Básico de Vida com DAE	6	8
Interv. Esp. Fisioterapia Respiratória: Pediatría e Adulto	1	25
Adaptar Social + Prevenção e Combate ao COVID 19	9	8
Normas de Higiene e Segurança - COVID 19	68	4,5
Cultura Identitária das Misericórdias	20	4
Totais	138	124,5

Tabela n.º 1: Formação Administrada

3.11 | UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS – DR. FERNANDO VALE

Celebrada nova contratualização que assegurou a continuidade dos serviços da UCCI – Dr. Fernando Vale, podemos afirmar que os níveis de ocupação nas duas tipologias existentes nesta estrutura da Misericórdia ficou, mensalmente, acima dos 85%, aspeto crucial para ser assegurado o pagamento integral por parte do Setor Estado (Saúde e Segurança Social)

Considerando que a taxa de ocupação é calculada em função dos lugares disponíveis e dos ocupados diariamente pelos utentes admitidos na UCCI, verificou-se que na tipologia de Longa Duração e manutenção (LDM), a taxa média de ocupação desceu ligeiramente face a 2020, atingindo no entanto em 2021 um valor de **99.2%**.

Quanto à tipologia de Média Duração e Reabilitação (MDR), e apesar de uma redução a taxa de ocupação obteve um valor médio de **93.7%**.

TAXA DE OCUPAÇÃO

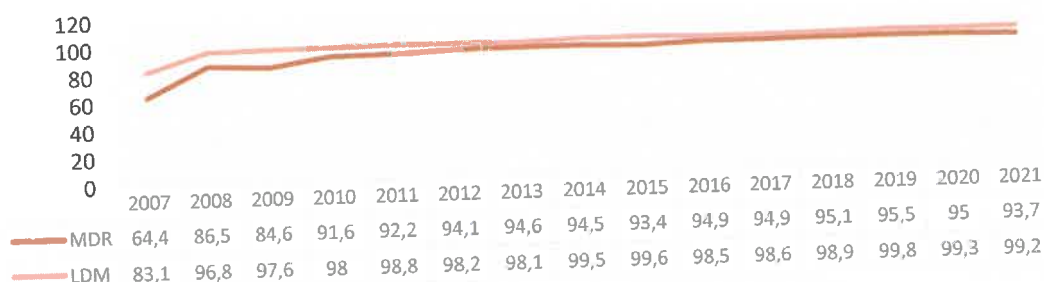


Gráfico n.º 2: Taxas de ocupação em ambas as tipologias de internamento de 2007 a 2021

TAXA DE OCUPAÇÃO ULDM UMDR



<i>Janeiro</i>	98,9%	96,5%
<i>Fevereiro</i>	100,0%	97,6%
<i>Março</i>	100,0%	91,4%
<i>Abril</i>	98,9%	87,8%
<i>Maior</i>	100,0%	93,0%
<i>Junho</i>	100,0%	92,8%
<i>Julho</i>	100,0%	93,3%
<i>Agosto</i>	95,7%	94,4%
<i>Setembro</i>	98,9%	95,8%
<i>Outubro</i>	100,0%	97,3%
<i>Novembro</i>	100,0%	93,1%
<i>Dezembro</i>	98,1%	91,1%
<i>Média</i>	99,2%	93,7%

Tabela n.º 2: Distribuição mensal das taxas de ocupação em 2021

Durante o ano de 2021, foram admitidos na UCCI um total de **53 utentes**, 47 dos quais na tipologia de **Média Duração e Reabilitação (MDR)** e 6 na tipologia de **Longa Duração e Manutenção (LDM)**, mantendo-se a prestação de cuidados aos utentes anteriormente admitidos.

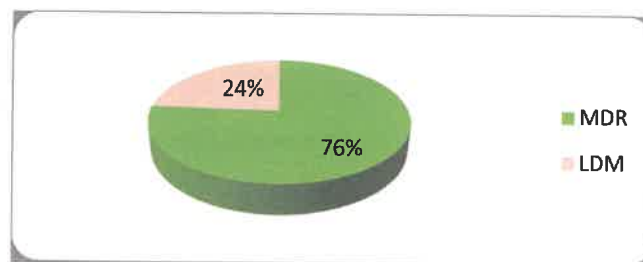


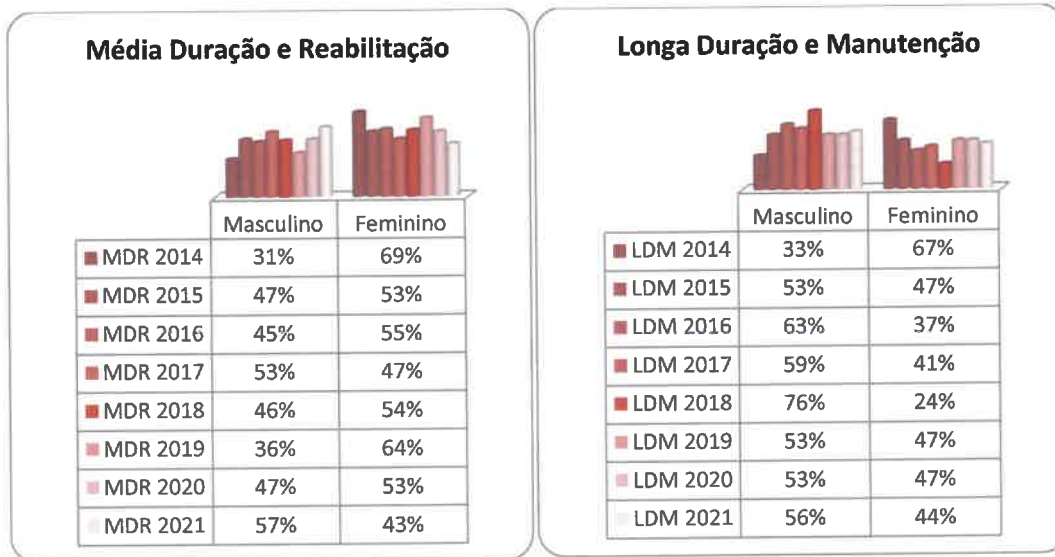
Gráfico n.º 3: Total de utentes apoiados em 2021 na UCCI por Tipologia de Internamento

Assim, em 2021 a UCCI prestou apoio a **76 utentes**, dos quais **58 (76%)** na tipologia de **MDR** e **18 (24%)** em **LDM**.

Daí resultou uma maior rotatividade dos utentes na tipologia de MDR, aspeto que justifica um maior número de utentes apoiados neste tipo de resposta, correspondendo à natureza mais transitória da mesma, ao contrário da tipologia de LDM.

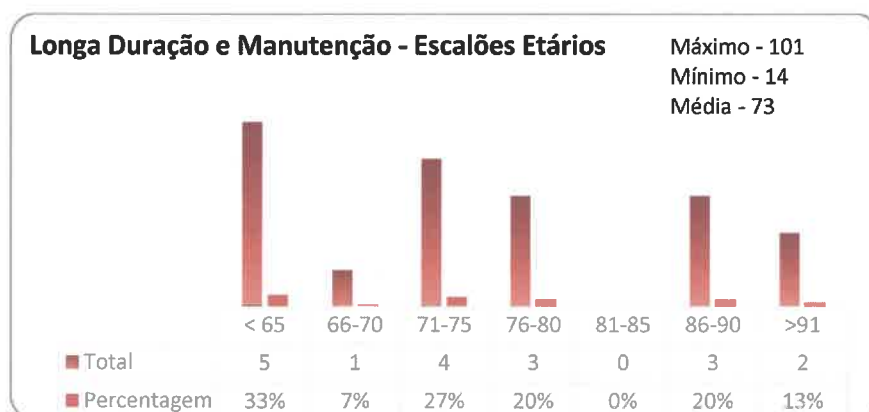
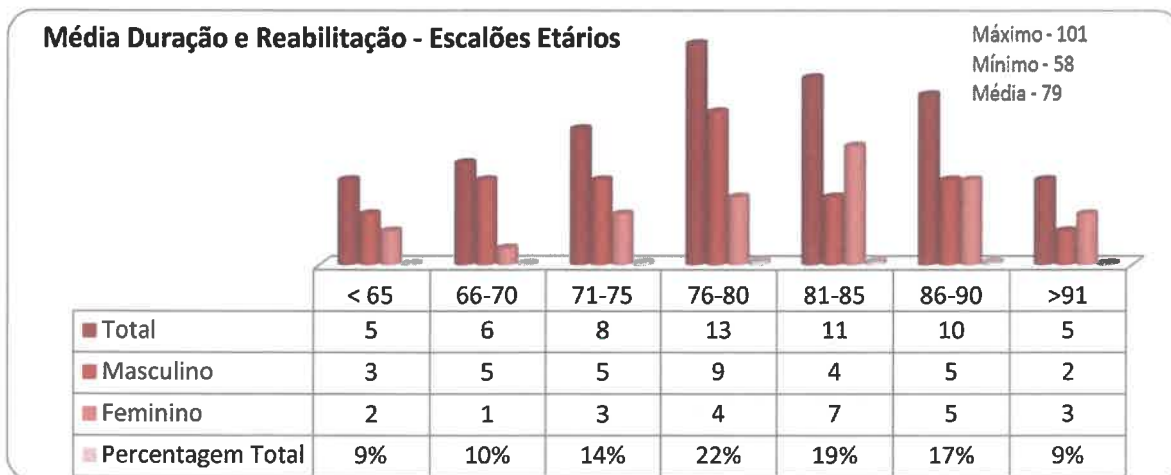


No que se refere aos cuidados prestados na UCCI de Arganil por género, durante o ano de 2021, comparativamente com os transatos anos, assistimos a uma diminuição do género feminino, em contraponto ao género masculino, e isto em ambas as tipologias de internamento.



Gráficos n.º 4 e 5: Tipologia de Internamento e Género

No que se refere à distribuição etária dos beneficiários da UCCI, verifica-se, gradualmente e ao longo dos últimos anos, uma inversão etária, pois se até 2018, inclusive, estes cuidados eram prestados maioritariamente a idosos, entre os 80 e 90 anos, já nos anos de 2019, 2020 e 2021 assistimos a uma inversão desse histórico, passando as idades inferiores, em ambas as tipologias de internamento, a crescer, sendo a média de idades de **79 anos na tipologia de MDR** e de **73 anos em LDM**.



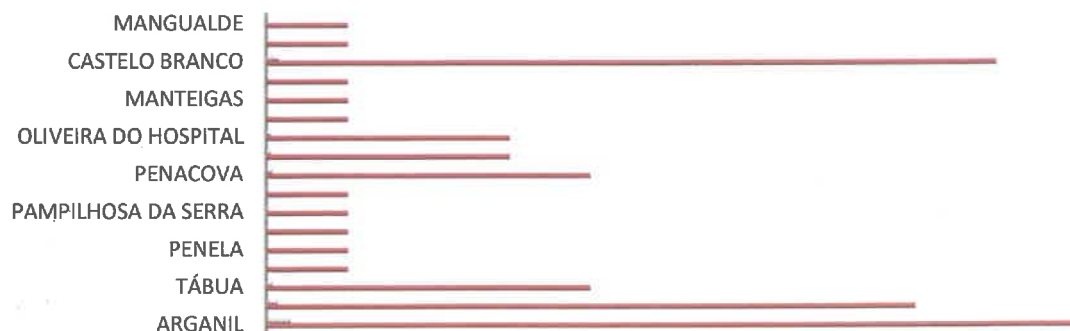
Gráficos 6 e 7: Percentagem total de utentes apoiados em 2021 na UCCI por Tipologia de Internamento e Faixa Etária

Quanto à naturalidade dos utentes apoiados em 2021 e na tipologia de MDR, **77%** são provenientes da Região Centro do País, sendo que **29%** dos utentes desta tipologia são ainda naturais do concelho de Arganil, subindo para **83%** os provenientes deste concelho mas na tipologia de LDM.

No entanto, em 2021, foi bastante significativa a percentagem de utentes apoiados na MDR, fora do Distrito de Coimbra, dos quais **16%** são provenientes de Castelo Branco, o que origina que o Principal problema seja o afastamento geográfico de familiares e dificuldade de articulação com serviços locais.

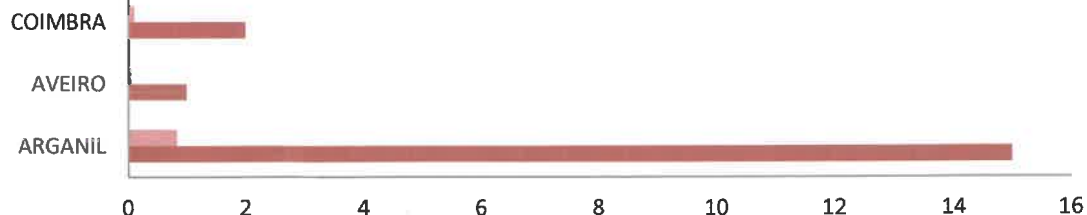


Média Duração e Reabilitação 2021 - Concelho de Residência



	ARGANIL	GÓIS	TÁBUA	VILA NOVA DE POIARES	PENELA	MEALHADA	PAMPILHOSA DA SERRA	LOUSÃ	PENACOVA	COIMBRA	OLIVEIRA DO HOSPITAL	SEIA	MANTEIGAS	CELO RICO	CASTELO BRANCO	SANTA COMBA	MANGUALDE
■ Percentagem	29%	14%	7%	2%	2%	2%	2%	2%	7%	5%	5%	2%	2%	2%	16%		
■ Total	17	8	4	1	1	1	1	1	4	3	3	1	1	1	9	1	1

Longa Duração e Manutenção 2021 - Concelho de Residência



	ARGANIL	AVEIRO	COIMBRA
■ Percentagem	83%	6%	11%
■ Total	15	1	2

Gráficos 8 e 9: Total de utentes por Tipologia de Internamento e concelho de Residência



3.12 | SAD, ERPI E CENTRO DE DIA

3.12.1 | SAD

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) tem merecido da parte da Misericórdia uma atenção muito especial, não apenas porque o seu conceito é cada vez mais importante na estratégia da Instituição, mas acima de tudo porque a sua valorização contribuirá para o **combate à desertificação das comunidades onde atua.**

Só dessa forma poderemos entender o reforço que a Instituição tem procurado realizar na sua qualificação, através da inclusão de serviços vocacionados para o campo da saúde, por meio, por exemplo, da **associação da ação paliativa.**

Mas não só os cuidados de saúde têm vindo a ser introduzidos nesta resposta social, com especial incidência ao **nível da enfermagem**, também a **teleassistência** tem estado presente, fazendo igualmente parte do leque de serviços disponíveis.

Por outro lado, a **preocupação com a sustentabilidade ambiental** ficou patente na candidatura realizada ao PRR, durante o ano de 2021, para aquisição de uma viatura elétrica e cuja decisão final se aguarda.

Tal como a **candidatura apresentada ao PROCCOP** para que fosse possível o alargamento dos Acordos de Cooperação, visto que o aumento da capacidade da resposta foi igualmente revista para 40 utentes, correspondendo assim a um desejo de há vários anos por parte da Instituição.

Assim, podemos afirmar que a capacidade do SAD é de 40 utentes, sendo nessa medida o maior no concelho de Arganil, tendo apoiado em **2021**, entre entradas e saídas, **49 utentes.**

Relativamente ao género, constatámos que ao longo do ano, **25** dos utentes pertencem ao **sexo masculino (51%)** e **24** ao **sexo feminino (49%).**

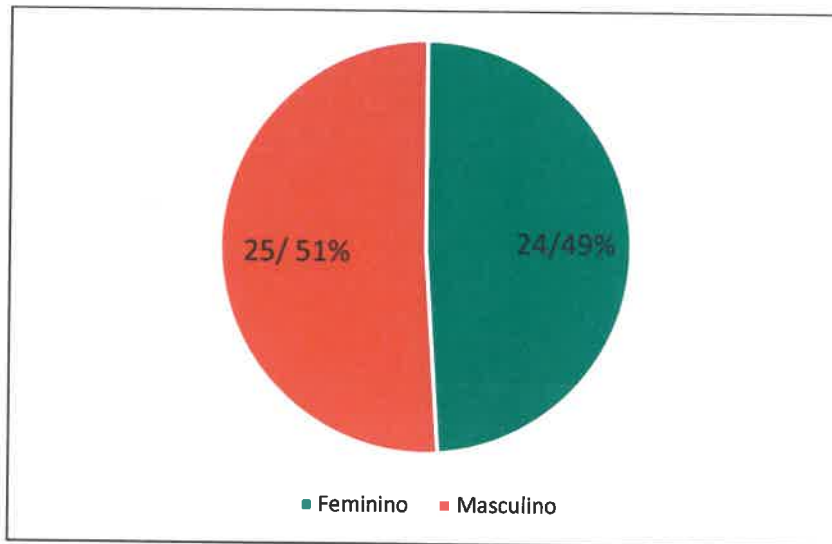


Gráfico n.º 10: Género dos utentes SAD

Quanto à média de idades, esta cifrou-se em **80 anos**, sendo que a **faixa etária com maior preponderância** era a situada entre os **75 – 89 anos (74%)**.

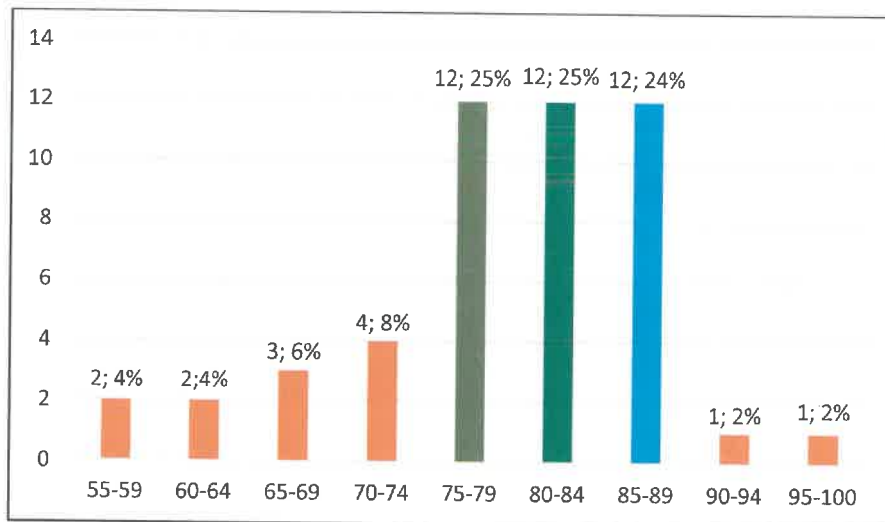


Gráfico n.º 11: Faixas etárias dos utentes SAD

Do total dos utentes apoiados, **49% (24)** eram **autónomos**, enquanto que **33% (16)** **parcialmente dependentes**, **16% (8)** eram **dependentes**, e **2% (1)** **grandes dependentes**.

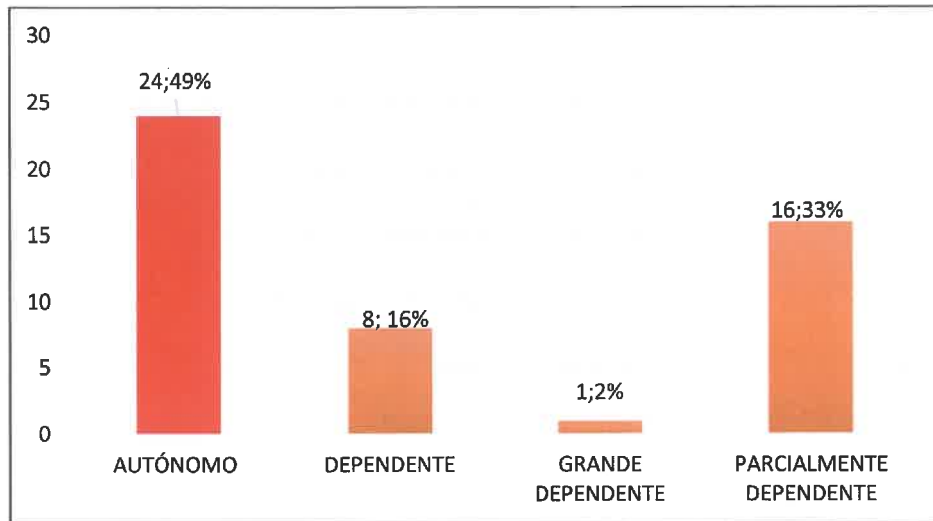


Gráfico n.º 12: Nível de dependência dos utentes de SAD

No que respeita às admissões, constatámos que o número atingido em **2021 (14)** representou **29%**, em linha com as verificadas no ano **2020**.

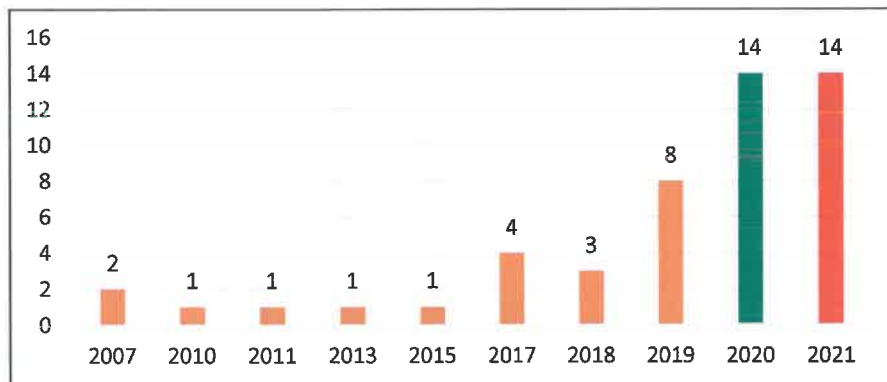


Gráfico n.º 13: Admissões por ano em SAD

Quanto ao estado civil, a maioria dos utentes são casados, correspondendo a 59% (29) dos utentes integrados na resposta social de SAD.

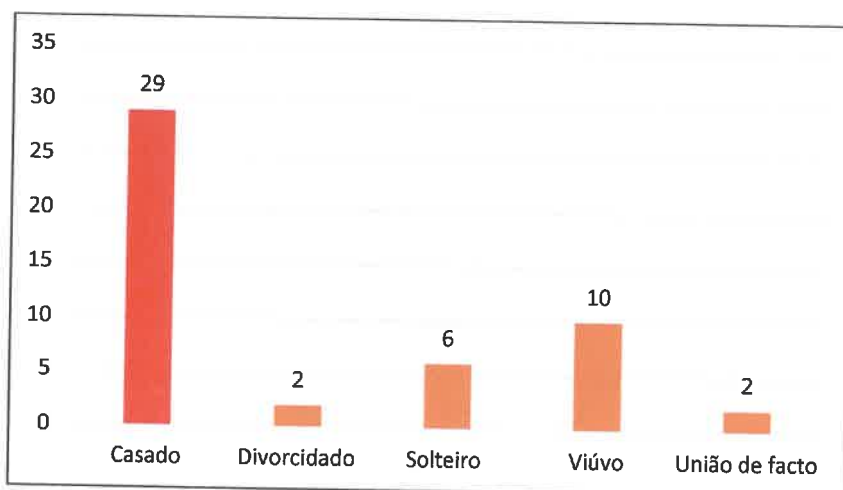


Gráfico n.º 14: Estado Civil dos utentes de SAD

3.12.2 | Centro de Dia

A Misericórdia tem em funcionamento a resposta social de Centro de Dia em dois locais distintos, sendo que na Sede possui capacidade para apoiar 50 utentes e em Secarias 41.

Antes do início da apresentação sucinta dos principais indicadores desta resposta social na Instituição, importa ressaltar que esta valência foi a que mais sentiu os efeitos da pandemia, sobretudo por ter sido obrigada, no início de Março de 2020 até ao primeiro semestre de 2021, a encerrar por motivos de saúde pública, conforme orientações da Direção Geral de Saúde (DGS), extensivas a todo o território nacional.

Por outro lado, e como consequência desse encerramento, e em virtude do receio que a Pandemia suscitou junto dos respetivos utentes, o nível de frequência foi sendo reduzido, o que indicia a necessidade de uma aprofundada reorganização deste género de resposta em termos de articulação com a Segurança Social.

Contudo, ao longo do ano 2021 foram apoiados 29 utentes, dos quais 59% eram do sexo feminino (17) e 41% do sexo masculino (12).

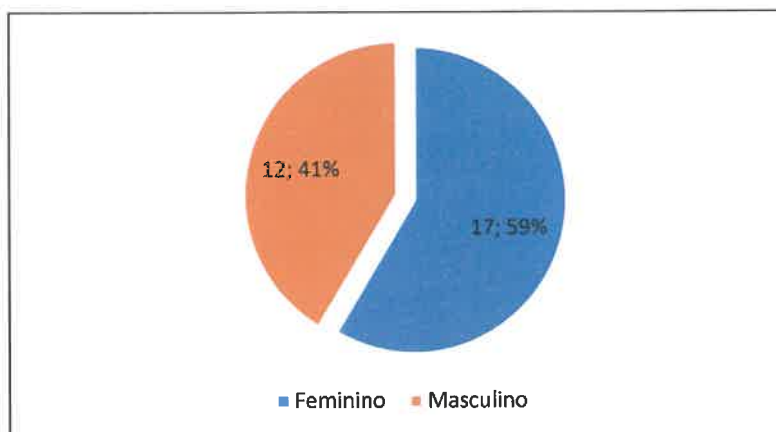


Gráfico n.º 15: Distribuição por género

No CD da Sede prevalece o sexo masculino com **53%** (8), por outro lado, é o sexo feminino que predomina no CD de Secarias **71%** (10).

Relativamente à média de idades, esta foi de **80 anos**, sendo que a maioria dos utentes apresenta uma idade compreendida entre **80-84 anos**, correspondendo a **24%** (7) dos utentes.

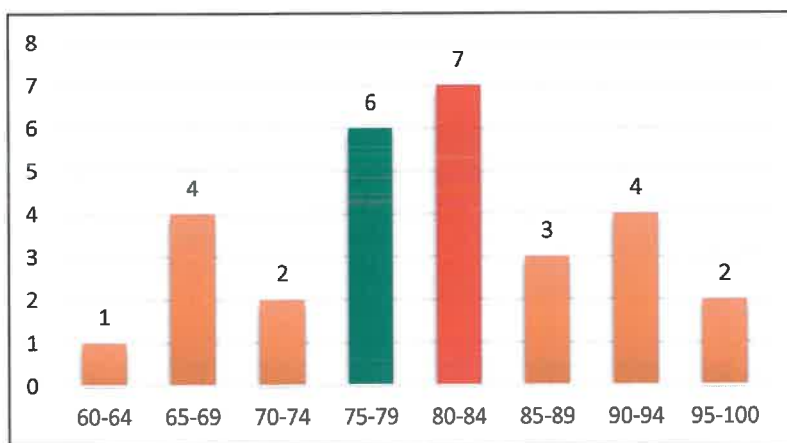


Gráfico n.º 16: Faixas etárias dos utentes de CD

Na identificação das razões para o recurso à resposta social de CD, foi possível identificar que em **16 utentes** estes referiram a necessidade de ocupação dos tempos livres.

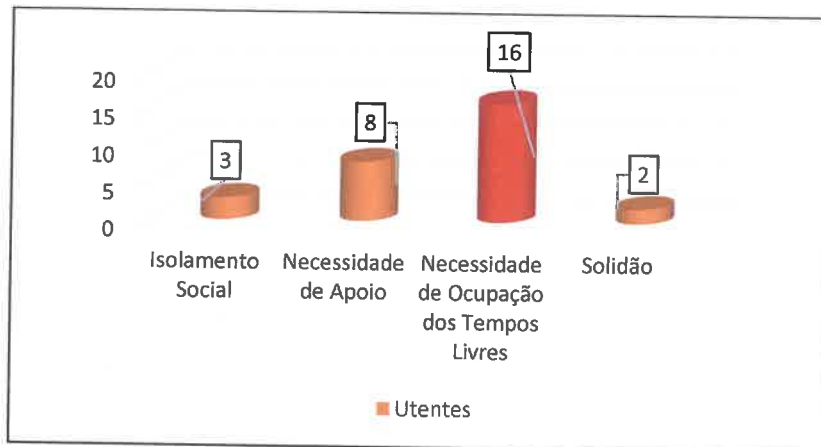


Gráfico n.º 17: Motivo de integração em CD

Quanto à antiguidade existem **4 utentes** que mantêm a frequência na resposta social de CD desde **2009**. Além disso, verifica-se que em **2021** ocorreram **7 admissões** nesta resposta social.

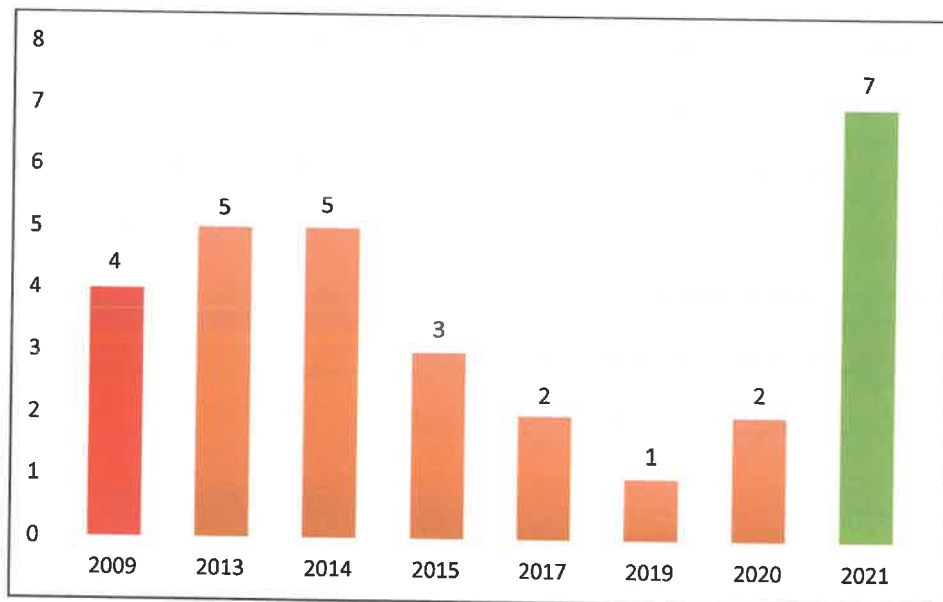


Gráfico n.º 18: Admissões dos utentes por ano em CD

Por outro lado, o nível de dependência, para a maioria dos utentes, caracteriza-se como parcialmente dependente com **48% (14)** dos utentes, enquanto que **45% (13)** dos utentes que integram a resposta social de CD são **autónomos**.

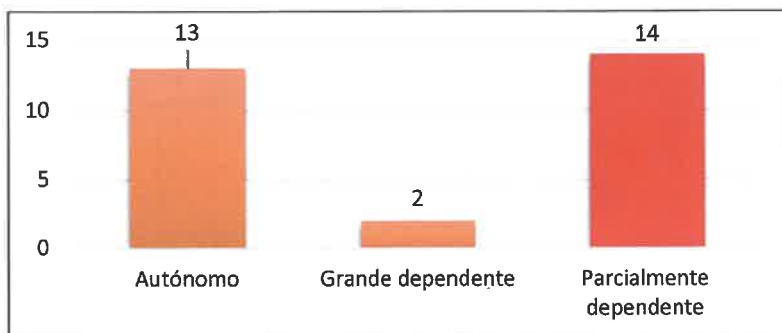


Gráfico n.º 19: Nível de dependência dos utentes de CD

3.12.3 | ERPI – Lar de Idosos

Apesar das conquistas obtidas em relação aos níveis de proteção junto dos utentes residentes na reposta de Lar de Idosos da Misericórdia, isto no que respeita à Pandemia, não podemos deixar de referir que ao longo de 2021 assistimos a alguns constrangimentos na sua vida diária.

Estes constrangimentos resultaram em condicionamentos, não apenas no desenvolvimento de algumas das atividades inicialmente preconizadas, mas de igual modo, no esquema das visitas e saídas ao exterior, as quais tiveram que ser reajustadas sempre que o agravamento da situação assim o ditava.

Simultaneamente, e como já referido em outro ponto deste documento, a Instituição celebrou novo Acordo de Cooperação definindo, finalmente, a capacidade desta valência em 120 utentes, algo que a Instituição há muito defendia e preconizava.

Uma nota ainda, para a continuidade das designadas vagas extra-acordo, resultantes da aplicação da Adenda ao Compromisso de Cooperação 2019-2020.

No entanto, podemos dizer que a resposta de ERPI – Lar de Idosos apoiou, ao longo de 2021, entre entradas e saídas, **129 utentes**.

Nesse contexto, verificou-se que o género feminino representou **66% (85)** e o género masculino correspondeu a **34% (44)** do total dos utentes que receberam apoio nesta resposta social.

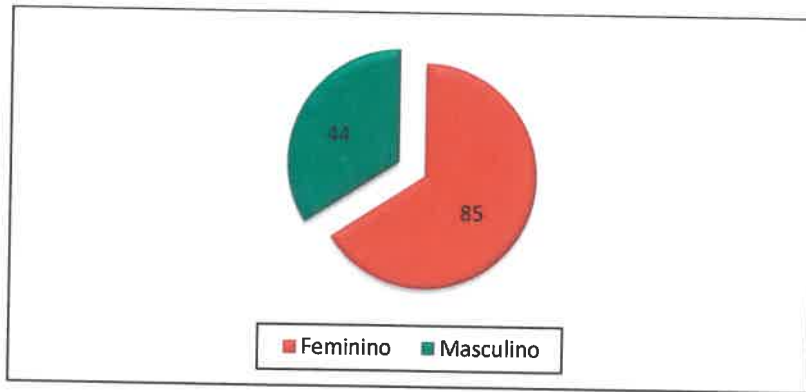


Gráfico n.º 20: distribuição por Género

Quanto à média de idades esta foi de **84 anos**, mantendo-se inalterável face ao ano de 2020, constatando-se ainda, que a faixa etária compreendida entre os **85-89 anos**, foi aquela que apresentou maior número de residentes, correspondendo a cerca de **30% (39)** desses.

Outro dado curioso, foi o de que a faixa etária dos 95-100 anos totalizou **7% (9)** dos utentes.

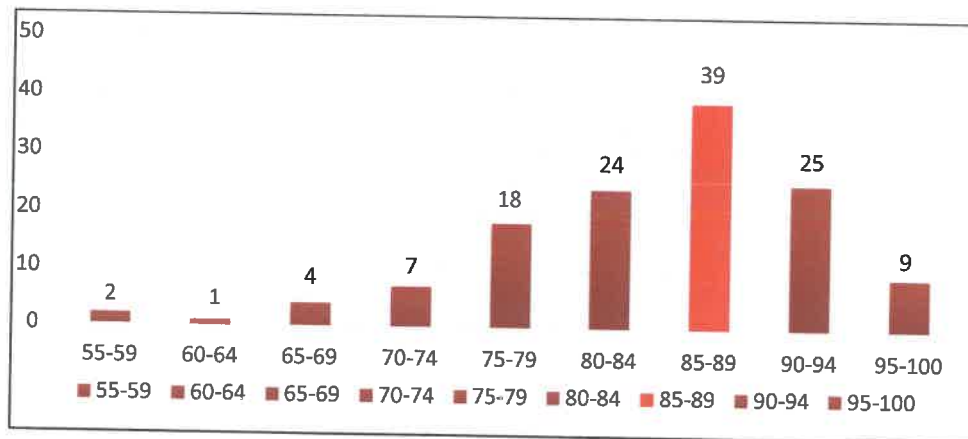


Gráfico n.º 21: Faixas Étarias dos utentes

No que respeita ao estado civil, verificou-se que a maioria dos Utentes se encontram viúvos, representando cerca de **63% (81)** das pessoas institucionalizadas na resposta social de ERPI.

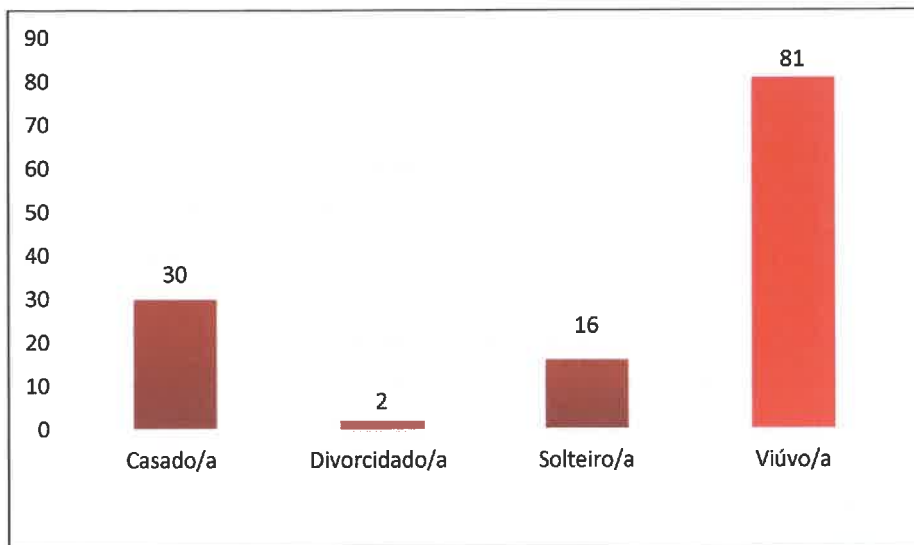


Gráfico n.º 22: Estado Civil dos Utentes

Importa sublinhar que a maioria dos utentes admitidos foi contratualizada segundo o modelo de cálculo estabelecido para a frequência em Acordo de Cooperação, totalizando estes, 87% (112) dos utentes, embora nem todos tenham tido admissão imediata nas listagens referentes às frequências mensais da Segurança Social, a qual apenas contempla 95.

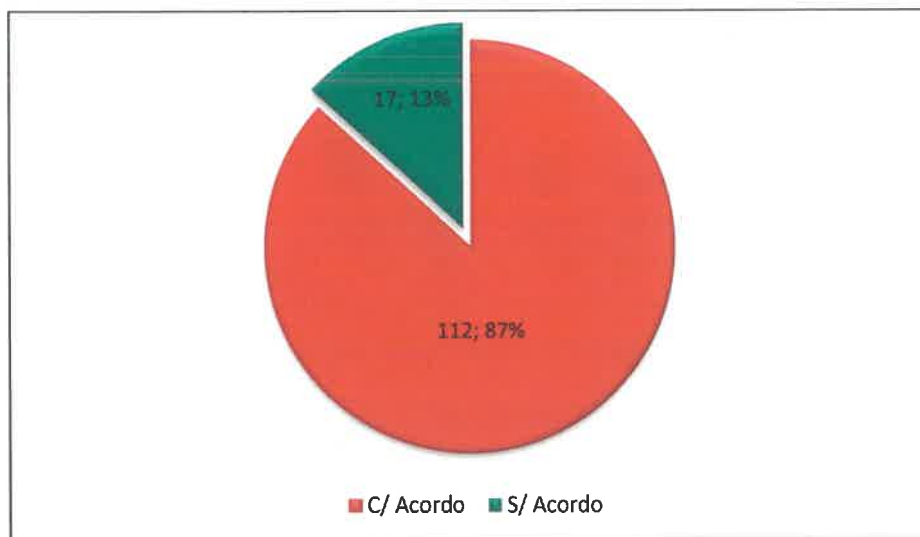


Gráfico n.º 23: Distribuição Utentes por tipologia de contratualização

Quanto à admissão dos utentes, verificou-se um progressivo aumento ao longo dos anos, sendo que, em 2021, foram admitidos **22 utentes**.

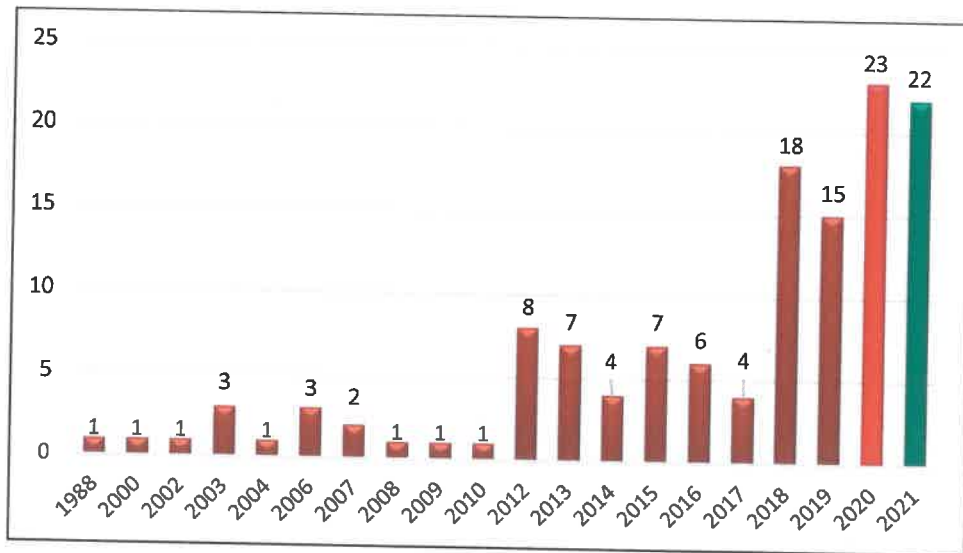


Gráfico n.º 24: Admissões por ano

Quanto ao motivo de admissão, cerca de **80% (103)** refere que o motivo se prendeu com o facto de **necessitar de apoio** para realizar as suas atividades de vida diária (AVD).

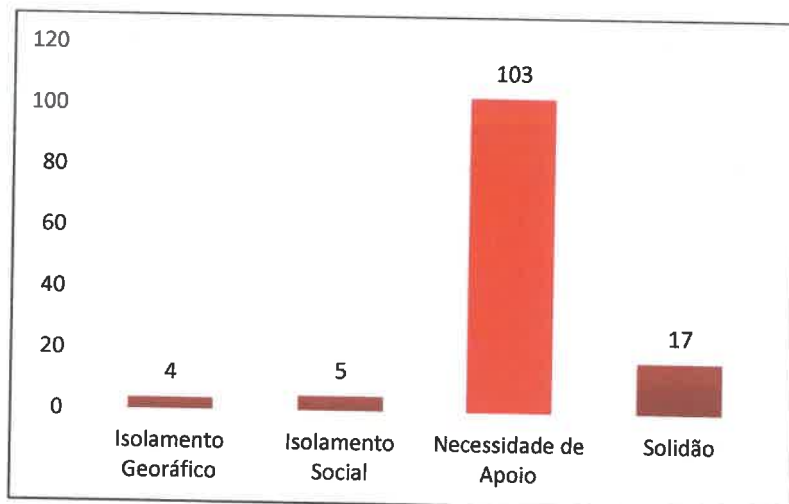


Gráfico n.º 25: Motivo de integração em ERPI

Durante o ano 2021 saíram da resposta social ERPI cerca de **29** utentes, sendo que o motivo de saída para a grande maioria - **79% (23)** - foi por óbito.

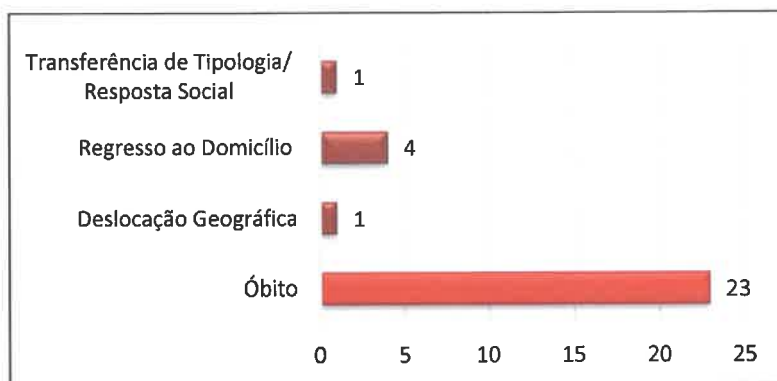


Gráfico n.º 26: Motivos de saída

No que respeita ao nível de dependência dos utentes, verificou-se que a maioria é autónoma, com uma percentagem de **33% (43)**.

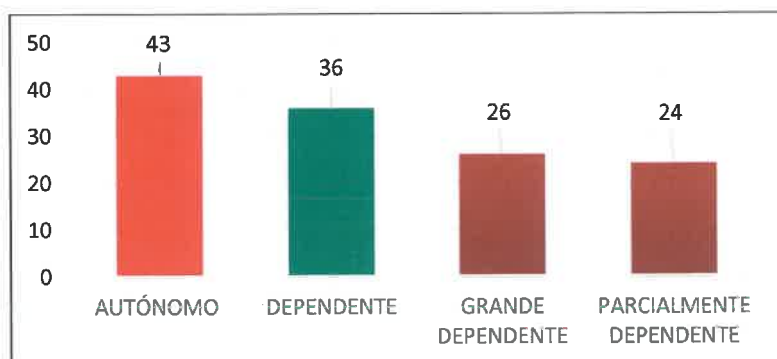


Gráfico n.º 27: Nível de Dependência

3.13 | ATIVIDADES DINAMIZADAS

Apesar do condicionamento imposto pela Pandemia, podemos afirmar que em 2021 foi possível a retoma de algumas atividades internas, especialmente dirigidas para os utentes das diversas respostas sociais.

Assim, para além das atividades diárias destinadas à ocupação e à promoção do lazer, foi possível concretizar outras de maior particularidade, caracterizadas pela associação de algum tipo de simbolismo.

A Páscoa, e a evocação do seu significado, ocorreu na Instituição, assim como a celebração do dia da criança e dos avós.



Foto n.º 13: Evocação da Páscoa



Foto n.º 14: Dia dos Avós



Foto n.º15: Dia da Criança

De igual modo, a tradicional Festa em Honra de Santa Isabel, padroeira das Misericórdias, manteve a sua realização na data habitual, ocorrendo a celebração da Missa na frondosa Mata da Instituição.

Foto n.º16: Mercado Solidário





Foto n.º17: Mês do Coração



Foto n.º 18: Festividades em Honra de santa Isabel

Uma das iniciativas levadas a cabo para estimular os mais jovens, foi a realização de um mercado solidário no interior da Escola EB1 de Arganil, junto ao CATL, com produtos feitos pelas crianças dessa resposta social.

Nesse caso, o grande objetivo passou pela estimulação do aproveitamento de desperdícios, numa lógica de preservação ambiental e valorização dos conceitos de recolha e reciclagem, para diminuir o impacto na natureza.



Outro momento marcante nas atividades dinamizadas junto dos utentes, passou pela atenção dedicada ao mês do coração, momento em que as doenças cardiovasculares foram alvo de maior sensibilização.

Foi ainda possível, a retoma, de forma condicionada, da celebração dos Santos Populares, por meio da realização das marchas no Complexo Social, acompanhado de uma sardinhada e convívio entre membros dos órgãos sociais, utentes e colaboradores.

Com alegria e boa disposição, recordando outros momentos passados até algum tempo atrás, representando um regresso à normalidade gradual.



Foto n.º 19: Marchas Populares

3.14 | CATL E AAAF

Na resposta de Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) e apesar da estabilização dos níveis de frequência, incluindo indicadores de aumento da procura, não podemos deixar de registar a ocorrência de alguns curtos períodos de interrupção da atividade, em virtude dos efeitos da Pandemia.

Assim como, em relação às Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) que resultam de protocolo estabelecido com a Câmara Municipal de Arganil e onde se registou um crescimento, tendo o ano encerrado **com 53 crianças nesta componente.**



Para além do desenvolvimento de um Plano de Atividades promotor do desenvolvimento da criança, não podemos deixar de referir o acompanhamento **ao nível da Terapia da fala**, traduzido **no apoio a 64 crianças** no total (anos letivos 2020-2021 e 2021-2022), o que denota a importância deste género de serviço na promoção do desenvolvimento infantil e no despiste de problemas de dislexia.

3.15 | UNIDADE DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO (UMFR)

O esforço realizado nesta Unidade da Misericórdia ao longo do ano transato, incidiu na recuperação dos níveis de frequência, tendo em vista o restabelecimento, não apenas dos serviços prestados, mas de igual modo os rendimentos destinados à sustentabilidade da referida.

Nesse sentido, podemos afirmar que, em 2021, a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação prosseguiu a sua recuperação, embora ainda não totalmente face a 2019, sendo que essa perspetiva saiu reforçada com o desempenho obtido para que, num horizonte temporal correspondente a 2022, tal seja concretizado.

Contudo, comparativamente com 2020, a UMFR **aumentou 45,9%** nos seus rendimentos, o que sustenta a pretensão da retoma para breve dos níveis pré-pandemia.

4 | RESUMO DAS CONTAS

Pelo segundo ano consecutivo o exercício da Misericórdia ficou marcado pela continuação da Pandemia, a qual, apesar de ter vindo a perder impacto na dinâmica dos serviços, continua a condicionar o desempenho dos vários setores de atividade da Instituição.

Não foi pois de estranhar, que os gastos diretos com a componente da proteção tenha sido significativo, neste caso mais de vinte e oito mil euros despendidos para a aquisição de EPI e produtos de desinfeção.

Por outro lado, o ano transato ficou também marcado pelo início de uma tendência de **agravamento da taxa de inflação** e que, no final de Dezembro, atingiu já um **valor médio de 1,3%** face ao ano anterior.



Associado a isso tivemos ainda, a atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) que teve uma atualização, comparativamente com 2020, de **4,75%**, passando de seiscentos e trinta e cinco euros (635,00€) para seiscentos e sessenta e cinco euros (665,00€), o que se refletiu na componente dos custos fixos, no caso em apreço nos gastos com pessoal.

E aqui, importa referir que a atualização do SMN, no período compreendido entre 2014 e 2021, atingiu um valor de cento e oitenta euros (180,00€), passando de quatrocentos e oitenta e cinco euros (485,00€) para seiscentos sessenta e cinco euros (665,00€), **o que significa mais 37,11%**, com exclusão dos custos com a Segurança Social, seguro e as reservas para o Fundo de Compensação.

Ainda nesta temática em particular, há que referir que o aumento do SMN implicou ainda, “mexidas” em outros carreiras e remunerações junto de outros colaboradores, embora estas mexidas sejam cada vez mais restritas, em face da necessidade de conter a massa salarial e o seu impacto na estrutura de custos.

Em 2021, **os gastos com pessoal representaram 56,8%** do total dos custos de funcionamento da Instituição, o que representou uma diminuição de 1,8% face à percentagem verificada em 2020 (58,6%), mas que continua ainda a ser muito significativa para o cenário atual.

Por outro lado, as atualizações no âmbito da cooperação com o Estado **continuam aquém das cada vez maiores necessidades das Instituições**, que têm assistido a uma diminuição do peso das comparticipações no âmbito dos Acordos de Cooperação face ao saldo final dos custos, **estimando-se em 35%** o nível das comparticipações da Segurança Social nos custos das respostas sociais protocoladas.

No ano que findou, a atualização vertida no Compromisso de Cooperação 2021-2022, **não foi além de 3,6%**, valor inferior à própria atualização do SMN e que se cifrou, como já foi dito, em 4,75%, sem deixar de se referir o valor da inflação que dá sinais de se tornar estrutural e não conjuntural.

Outro aspeto que se destacou no exercício de 2021 foi o aumento dos custos com as fontes energéticas, nomeadamente os combustíveis, incluindo o gás, bem como a eletricidade, componentes cruciais na sustentabilidade das Instituições deste Setor.



Neste ultimo caso, esse aumento teve já impactos no desempenho da Instituição, a par dos custos com a água, o saneamento e tratamento de resíduos urbanos, aspetos que têm vindo a ganhar cada vez maior peso na vida da Misericórdia em termos de gastos.

4.1 | Rendimentos

Findo o exercício de 2021, podemos verificar que os resultados obtidos no campo dos rendimentos, no montante de três milhões, duzentos e sessenta mil, seiscentos e setenta e dois euros e oitenta e dois cêntimos (3.260.672,82€) representaram um crescimento, quer em relação ao exercício de 2020 (+ 15,9%) e quer ao orçamento (+6%).

Contudo, importa, desde já, olhar para este crescimento com o cuidado necessário e indispensável em face do contexto atual.

Se por um lado este crescimento tem ligação e suporte na retoma gradual da normalidade no funcionamento das várias áreas de atividade da Misericórdia, em face da redução do impacto na Pandemia, por outro, não podemos deixar de frisar que para esse crescimento contribuiu, sem dúvida alguma, a alienação de património, nos termos determinados pela Assembleia Geral.

Assim, face ao exercício de 2020 registou-se um crescimento de mais quatrocentos e quarenta e oito mil, trezentos e trinta euros (448.330,00€) assente nas mais-valias obtidas com a venda de dois artigos urbanos, num total de duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta euros (297.580,00€).

Também no campo da prestação de Serviços, conta 72, a Instituição conseguiu um crescimento digno de registo, num total de oitenta mil, seiscentos e catorze euros e dez cêntimos (80.614,10€), com destaque para o desempenho na resposta de ERPI/Lar ao nível das mensalidades dos utentes (+ 36.383,26€) e a recuperação dos níveis de frequência da UMFR face a 2020 (+32.774,59€)

Já na conta 75, Subsídios do Estado e Outros entes Públicos, foi registado um aumento de trinta mil, novecentos e dois euros e oitenta e oito cêntimos (30.902,88€), explicado pela atualização de 3,6% nas participações no âmbito dos Acordos de Cooperação.



Ainda nesta conta, destaque para o contributo da medida das vagas extra-acordo, no âmbito da adenda celebrada ao Compromisso de Cooperação para responder à necessidade de libertação de camas hospitalares em face da pressão nas estruturas de saúde por via do COVID-19.

Neste particular o contributo do lado dos rendimentos foi de vinte e oito mil, seiscentos e vinte e três euros e noventa e quatro cêntimos (28.623,94€).

Uma nota para o contributo e desempenho dos trabalhos para a própria entidade, com mais trinta e um mil, quinhentos e oitenta euros e trinta e quatro cêntimos (31.580,34€), face a 2020, com especial incidência nos serviços de limpeza e manutenção na Mata da Instituição.

Já comparativamente com o orçamento que foi gizado para 2021, o nível de crescimento dos rendimentos foi mais reduzido, neste caso mais cento e oitenta e sete mil, cinquenta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos (187.054,82€), e aqui a explicação radica, claramente, no impacto das mais-valias realizadas e em cima identificadas.

RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO 2021/ORÇAMENTO

CONTAS	RENDIMENTOS	Variação (c/a)	Orçamento (a)	2021 (c)
71	VENDAS	0,00	0,00	0,00
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	-3,40%	1 900 198,00	1 835 523,60
	Matrículas e Mensalidades de Utentes	-4,69%	962 233,00	917 110,50
	UCC	-7,36%	739 373,00	684 931,54
	Fisioterapia	79,55%	58 021,00	104 175,45
	Jornal " A comarca"	-5,00%	122 318,00	116 207,43
	Outros	-28,24%	18 253,00	13 098,68
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	-4,64%	923 299,00	880 482,13
	Centro Distrital da segurança Social	-5,79%	858 092,00	808 396,50
	IEFP-Empresas Inserção	0,00%	0,00	0,00
	De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados	10,55%	65 207,00	72 085,63
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	209,74%	11 122,00	34 448,90
77	GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR	0,00%	0,00	0,00
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	113,47%	238 999,00	510 198,56
781	Rendimentos Suplementares	32,23%	2 794,00	3 694,51
	Rendimentos e ganhos em investimentos não			
787	financeiros	147,15%	169 020,00	417 731,82
788	Outros	32,13%	67 185,00	88 772,23
	Subsídios para o Investimento	100%	0,00	8 809,65
	(...) Outros	19,02%	67 185,00	79 962,58
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	100%	0,00	19,63
	Total dos Rendimentos	6,09%	3 073 618,00	3 260 672,82

Tabela n.º 3: Comparação Exercício/Orçamento



4.2 | Gastos

Do lado dos gastos, o montante final foi de três milhões, duzentos e doze mil, setecentos e vinte e seis euros e noventa e sete cêntimos (3.212.726,97€) o que significou um aumento, face ao orçamentado, de mais 4,56%, neste caso mais cento e quarenta mil, cento e dezasseis euros e noventa e sete cêntimos (140.116,97€).

Esse aumento radicou, muito concretamente, no facto de a Instituição ter optado por realizar uma provisão de cento e dez mil, cento e sessenta e seis euros e trinta e cinco cêntimos (110.166,35€) tendo em vista fazer face a citação da Segurança Social para pagamento de alegadas prestações resultantes da classificação de prestadores de serviço como trabalhadores por conta de outrem, situação que a Misericórdia não aceita e não reconhece.

O valor em causa corresponde a garantia bancária para efeitos de impugnação judicial.

Acresce a esse montante o valor da conta 62, Fornecimento de Serviços externos (FSE), com um aumento de trinta e dois mil, setecentos e quarenta e dois euros e setenta cêntimos (32.742,70€), e cujo maior contributo ficou a **dever-se ao aumento de custos energéticos**, designadamente combustível, gás e eletricidade, que no seu conjunto representaram uma subida de trinta e quatro mil, cento e vinte e um euros e cinquenta e cinco cêntimos (34.121,55€), face ao que estava inicialmente estimado.

Comparativamente com o exercício de 2020, **os gastos cresceram 8,29%**, o que representou mais duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e quatro euros e vinte e três cêntimos (245.874,23€).

Esse aumento fundamentou-se, quer pela **realização de provisão e perda por imparidades** que, no seu conjunto, totalizaram cento e vinte três mil, novecentos e quarenta euros e treze cêntimos (123.940,13€), quer pelo **aumento de custos com pessoal**, neste caso em mais 4,98%, ou seja, oitenta e seis mil, quinhentos e trinta e dois euros e setenta e um cêntimos (86.532,71€).

Ao nível da conta 62, FSE, verificou-se um aumento de dezoito mil, novecentos e noventa e dois euros e cinquenta e dois cêntimos (18.992,52€), muito suportado pelo **aumento dos combustíveis, incluindo o gás**.



Na conta 68, Outros Gastos e Perdas, registou-se um aumento de vinte e nove mil, cento e setenta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos (29.174,64€), o que contribuiu também para o crescimento dos gastos comparativamente com o exercício de 2020.

Não obstante esse crescimento, importa realçar que, apenas a **operação de constituição de provisão e de imparidade por perdas, representou 50,4% do aumento dos gastos.**

Um apontamento final para a questão dos custos com pessoal, designadamente que o aumento face a 2020, em termos percentuais, correspondeu, praticamente, à atualização do SMN (4,75%).

Já quanto ao orçamento para 2021, os gastos nesta rubrica ficaram em menos 0,61%, ou seja, menos onze mil, cento e vinte e três euros e sessenta e dois cêntimos (11.123,62€).

GASTOS DO EXERCÍCIO 2021/ORÇAMENTO

CONTAS	GASTOS	Variação (c/a)	Orçamento (a)	2021 ©
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	-6,22%	394 100,00	369 602,97
	Mercadorias (Géneros Alimentares)	2,53%	317 826,00	325 869,31
	Matérias de consumo Outros	-42,66%	76 274,00	43 733,66
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	4,59%	713 017,00	745 759,70
	Subcontratados	0,00%	30 712,00	29 984,36
	Serviços Especializados	12,30%	234 058,00	262 837,19
	Materiais	-19,41%	67 236,00	54 187,67
	Energia e fluidos	26,51%	178 099,00	225 306,92
	Deslocações, estadas e Transportes	-9,70%	6 497,00	5 866,80
	Serviços Diversos	-14,68%	196 415,00	167 576,76
63	GASTOS COM PESSOAL	-0,61%	1 836 538,00	1 825 414,38
632	Remunerações do Pessoal	-0,31%	1 471 873,00	1 467 251,02
	Remunerações Certas	-0,76%	1 440 143,00	1 429 242,87
	Remunerações Adicionais	19,79%	31 730,00	38 008,15
	Indemnizações	-100,00%	1 897,00	0,00
635	Encargos sobre Remunerações	-3,24%	328 228,00	317 579,31
636	Seguros de acidentes no trabalho	-24,89%	29 437,00	22 111,38
638	Outros Gastos com Pessoal	262,00%	5 103,00	18 472,67
65	PERDAS POR IMPARIDADES	100%	0,00	13 767,75
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	96,78%	27 569,00	54 250,39
67	PROVISÕES	100%	0,00	110 166,35
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	25,53%	73 000,00	91 638,86
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	-92,51%	28 386,00	2 126,57
	Total dos Gastos	4,56%	3 072 610,00	3 212 726,97

Tabela n.º 4: Gastos do Exercício/Orçamento



4.3 | Resultado do Exercício

Olhando para a demonstração de resultados referente ao exercício de 2021, podemos constatar que o ano fechou com um **resultado positivo líquido de quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e cinco mil, oitenta e cinco cêntimos (47.945,85€).**

Este valor resulta, em grande medida, do contributo das mais-valias realizadas nas operações de alienação de imóveis, conforme mandato conferido pela Assembleia Geral para esse efeito.

Contudo, não podemos deixar de referir que estas mais-valias possibilitaram por seu turno, o provisionamento de verba, que se considera suficiente, para resolver judicialmente processo que opõe a Misericórdia à Segurança Social, tendo este provisionamento sido uma opção em linha com a posição conservadora que a Instituição tem previsto para os seus gastos.

Resultado do Exercício 2021

Rendimentos	3 260 672,82
Vendas	0,00
Prestação de serviços	1 835 523,60
Trabalho p/ própria Entidade	34 448,90
Subsídios, doações e legados à explora.	880 482,13
Aumentos/reduções de justo valor	0,00
Outros rendimentos e ganhos	510 198,56
Juros, dividendos e outros rend. Simil.	19,63
Gastos	3 212 726,97
CMVMC	369 602,97
Fornecimento e Serviço Externos	745 759,70
Gastos com pessoal	1 825 414,38
Gastos de depreciação Amortização	91 638,86
Provisões e Imparidades (perdas)	123 934,10
Outros Gastos e perdas	54 250,39
Gastos e perdas de financiamento	2 126,57
Resultado Líquido do Exercício	47.945,85€

Tabela n.º 5: Resumo dos Resultados

No entanto, o total dos Ativos, corrente e não corrente, alcançou já o valor de doze milhões, cento e um mil, oitocentos e vinte euros e cinquenta cêntimos (12.101.820,50€), o que traduziu um crescimento de mais 18,37%, face ao ano de 2020, onde os Ativos se cifraram em dez milhões, duzentos e vinte e três mil, setecentos e nove euros e vinte cêntimos (10.223.709,20€).



Esse crescimento foi muito impulsionado pelo investimento no antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas, isto no campo dos Ativos Tangíveis.

E, apesar da redução do valor das propriedades de Investimento, em face da alienação em 2021 de dois imóveis, há a registar que a Instituição continua a rececionar património que lhe possibilita ir mitigando estas alienações, embora em 2021, por força do usufruto associado, não tenha reflexo.

Do lado do Passivo, Corrente e Não corrente, verificou-se igualmente um crescimento, atingindo em 31 de Dezembro, **o valor de cinco milhões, sessenta e sete mil, novecentos e noventa e seis euros e onze cêntimos (5.067.996,11€)**, o que representou um aumento de 56,88%, ou seja, mais um milhão, oitocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove euros e setenta e cinco cêntimos (1.837.449,75€).

Contudo, este **aumento de passivo radicou na componente do financiamento, com especial incidência no que é destinado à realização de investimento (Hospital Condessa das Canas)**, tendo um valor acumulado (2020-2021) de financiamento para a obra de um milhão novecentos e sessenta e sete mil euros (1.967.000,00€).

Esse aumento do Passivo, teve ainda, o contributo da componente das Outras Contas a Pagar que cresceu trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete euros e noventa e um cêntimos (345.867,91€).

No entanto, nessa mesma componente de outras Contas a Pagar, e num total de dois milhões, oitenta mil, trezentos e noventa e quatro euros e sessenta e nove cêntimos (2.080.394,69€), existe um milhão, trezentos e cinquenta mil euros (1.350.000,00€) que representam o sinal e o reforço do sinal da venda da chamada Quinta dos Bons Dias, sendo que esta conta reflete outros montantes, pois é agregadora.

Assim, se juntarmos o valor dos financiamentos, genericamente destinados a investimentos em curso, e as verbas provenientes do sinal do CPCV da Quinta dos Bons dias, constatamos que estes representam 65,5% do total do Passivo, o que, diga-se em abono da verdade, terá que enquadrar a análise do mesmo.



4.4 | Mapa de Investimentos

No campo dos investimentos registou-se um total de um milhão, setecentos e cinquenta e seis mil, cento e noventa e seis euros e setenta e oito cêntimos (1.756.196,78€), com a predominância da empreitada de reabilitação do antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas, inscrita na componente dos Ativos Tangíveis.

No entanto, deverá ser referido que esse valor tem em linha de conta a saída de quatrocentos e seis mil, cento e sessenta euros e noventa e quatro Cêntimos (406.160,94€) das chamadas Propriedades de Investimento, através da alienação dos imóveis sito no Beato e na Parede.

Embora tenha existido esta saída dos ativos, importa referir que, em 2021 houve uma doação de vários artigos urbanos e rústicos, os quais não estão ainda refletidos no balanço, em virtude de terem associado o usufruto do doador.

Investimento	2020	2021
Investimentos Financeiros	4 594,31	6 319,81
Propriedades de Investimento:	1 111 577,17	-399 310,50
Doações	0,00	0,00
Reavaliação	1 258 987,17	0,00
Permuta		6 850,44
Alienação	-147 410,00	-406 160,94
Ativos Tangíveis (além dos em curso)	71 555,62	44 322,53
Ativos Intangíveis	1 522,13	2 049,18
Investimentos em curso -Ativos Tangíveis	25 648,27	2 102 815,76
TOTAL	1 214 897,50	1 756 196,78

Tabela n.º 6: Mapa de Investimentos



5 | CONCLUSÃO

Quando entrámos no ano de 2021, com as vicissitudes que todos nós conhecemos, a Instituição elencou três grandes objetivos e foram eles: Assegurar a operacionalidades das suas respostas sociais; Manter os investimentos em curso; e Promover a manutenção do volume de emprego.

Essas metas, ao serem definidas, levaram em linha de conta a consciência que todos nós, Irmãos, possuímos sobre qual a Missão da Misericórdia no seio da comunidade que serve desde 1647.

E com efeito, as catorze obras de Misericórdia, pilar identitário destas Instituições, representam tudo aquilo que mais importa na Sociedade atual, cada vez mais dilacerada por problemas e conflitos.

Desde as questões climáticas, passando pela Pandemia que se abateu sobre o Mundo, e agora com a Guerra na Europa, aquilo que verificamos é que a Vida Humana está numa encruzilhada que roça a luta pela sua sobrevivência.

Por isso, ao priorizarmos a manutenção da operacionalidade das respostas sociais, fizemo-lo com a consciência de que estas apoiam os mais vulneráveis da nossa comunidade, sendo por isso crucial assegurar o seu funcionamento.

Quando definimos ser pertinente manter os investimentos em curso, tomámos essa decisão perspetivando a dinamização da economia local, mas também com a aspiração de alargarmos a oferta em áreas especializadas inexistentes na Região, como são o caso dos Cuidados Paliativos.

E por fim, quando optámos por manter o volume de emprego, entendemos ser importante que a Misericórdia fosse fator de coesão social, contribuindo assim, para a estabilidade da comunidade.

Em qualquer um destes três objetivos, podemos afirmar que a sua prossecução não foi tarefa fácil, antes pelo contrário, ela foi dura e bastante difícil.

Contudo, podemos afirmar que desempenhámos a nossa Missão, com a ajuda dos valores que se inscrevem no nosso Compromisso, mas acima de tudo, com a ajuda da Senhora das Misericórdias que sempre nos acompanhou ao longo destes séculos de existência.

Para todos aqueles que conosco têm colaborado, de espírito aberto e sem outros interesses, o nosso bem-haja e obrigado.

O Provedor

(Prof. José Dias Coimbra)



ANEXOS



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

TSR – Contabilidade ESNL

Balço

Balço em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2021	31 Dez 2020	Variância
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		6.312.877,06	4.035.104,35	56,45%
Bens do património histórico e cultural		116.588,16	123.438,60	-5,55%
Propriedades de investimento		4.401.672,77	4.800.983,27	-8,32%
Ativos intangíveis		49.745,15	47.695,97	4,30%
Investimentos financeiros		129.947,41	123.627,60	5,11%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros				
		11.010.830,5	9.130.849,79	20,59%
Ativo corrente				
Inventários		35.743,11	25.822,02	38,42%
Cientes		357.204,13	326.390,26	9,44%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	46.350,16	-100,00%
Estado e outros entes públicos		97.473,35	601,97	16.092,39
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		2.785,08	2.785,08	0,00%
Outras contas a receber		299.347,80	338.938,48	-11,68%
Diferimentos		22.300,12	4.611,80	383,54%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários		276.136,43	347.359,64	-20,50%
		1.090.990,02	1.092.859,41	-0,17%
Total do Ativo		12.101.820,5	10.223.709,2	18,37%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		1.137.883,88	1.137.883,88	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		1.669.974,03	1.669.974,03	0,00%
Resultados transitados		748.749,10	893.110,31	-16,16%
Excedentes de revalorização		2.971.527,60	2.971.527,60	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais		457.744,00	466.553,28	-1,89%
Resultado líquido do período		47.945,85	-145.904,26	132,86%
Total dos fundos patrimoniais		7.033.824,46	6.993.144,84	0,58%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		110.166,35	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00%
		110.166,35	0,00	0,00%
Passivo corrente				
Fornecedores		462.748,03	435.059,81	6,36%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		93.353,65	62.411,80	49,58%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		2.167.000,42	960.193,48	125,68%
Diferimentos		154.332,97	38.372,49	302,20%
Outras contas a pagar		2.080.394,69	1.734.526,78	19,94%
		4.957.829,76	3.230.564,36	53,47%
Total do Passivo		5.067.996,11	3.230.564,36	56,88%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		12.101.820,5	10.223.709,2	18,37%

(1) - Euro



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

TSR - Contabilidade ESNL

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2021	2020	
Vendas e serviços prestados		1.835.523,60	1.754.909,50	4,59%
Subsídios, doações e legados à exploração		880.482,13	849.579,25	3,64%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		34.448,90	11.474,25	200,23%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-369.602,97	-383.829,82	3,71%
Fornecimentos e serviços externos		-745.759,71	-726.767,18	-2,61%
Gastos com o pessoal		-1.825.414,37	-1.738.881,67	-4,98%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		-110.166,35	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		510.198,56	204.965,50	148,92%
Outros gastos e perdas		-54.250,39	-25.075,75	-116,35%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		155.459,40	-53.625,92	389,90%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-105.406,61	-92.250,82	-14,26%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		50.052,79	-145.876,74	134,31%
Juros e rendimentos similares obtidos		19,63	19,98	-1,75%
Juros e gastos similares suportados		-2.126,57	-47,50	-4.376,99
Resultados antes de impostos		47.945,85	-145.904,26	132,86%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		47.945,85	-145.904,26	132,86%

(1) - Euro



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

TSR - Contabilidade ESNL

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA (€)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		1.711.532,86	1.717.345,51
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-1.066.653,70	-1.147.136,46
Pagamentos a pessoal		-2.382.858,69	-1.727.054,71
Caixa gerada pelas operações		-1.737.979,53	-1.156.845,66
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		2.151.250,89	900.616,96
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		413.271,36	-256.228,70
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2.094.166,32	-632.130,25
Ativos intangíveis		-2.049,18	-42.500,00
Investimentos financeiros		-10.711,61	-3.721,46
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		297.804,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		119.927,82	120.757,46
Subsídios a o investimento		0,37	38.364,89
Juros e rendimentos similares		19,98	19,98
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1.689.174,94	-519.209,37
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.206.806,94	952.594,44
Realização de fundos		0,00	52.244,65
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-5.942,76
Juros e gastos similares		-2.126,57	-47,50
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		1.204.680,37	998.848,83
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-71.223,21	223.410,76
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início de período		347.359,64	123.948,88
Caixa e seus equivalentes no fim de período		276.136,43	347.359,64

(1) - Euro

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

1/1



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 de dezembro de 2021

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade:

Santa Casa da Misericórdia de Arganil (SCMA)

1.2 - Sede:

Rua Comendador Cruz Pereira
3300-034 Arganil

1.3 - NIPC:

501 157 654

1.4 - Natureza da atividade:

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil é uma entidade do setor cooperativo e social com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção Geral da Segurança Social, no livro das “Irmandades da Misericórdia”, fls 64 e 64 verso, sob o n.º 50/82, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 9º do Regulamento aprovado pela Port. Nº 778/83 de 23 de Julho.

Tem como objetivo satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico de harmonia com o seu espírito tradicional, enformada pelo princípio da doutrina e moral cristã.

Atua através de um vasto leque de atividades, em particular no desenvolvimento de respostas sociais do âmbito da Segurança Social, nomeadamente de Apoio e Proteção destinadas à prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez;
- b) Apoio à família, crianças e jovens;
- c) Apoio à integração social e comunitária dos cidadãos em situação de vulnerabilidade, promovendo o desenvolvimento de projetos de vida e das ações de formação inerentes à respetiva preparação para a inclusão social;



d) Apoio a cidadãos em situação temporária de limitação da capacidade para o trabalho, por força de doença ou acidente.

No entanto, secundariamente a Entidade prossegue outras atividades de carácter complementar compatíveis com a sua natureza, nomeadamente de promoção e proteção da saúde, como sendo a prestação de cuidados continuados e de reabilitação, bem como o desenvolvimento de respostas e serviços enquadráveis no âmbito da economia social.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de Euro.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referência contabilística de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com a seguinte legislação:

- Portaria n.º 105/2011 de Março;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março;
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade mantidos de acordo com a NCRF-ESNL.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

O valor do Ativo não corrente refere-se somente às aquisições de 1981 em diante.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.



Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos que resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.1.2. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.1.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento (PI) são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, pois existem determinadas propriedades com autorização de alinação pela Assembleia Geral.



As PI são mensuradas ao justo valor, nomeadamente pelo valor patrimonial, que consta na respetiva cadeneta predial urbana disponibilizada pela Autoridade Tributaria e Aduaneira. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenção, reparação, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gastos no período a que se referem.

3.1.4 Inventário

Mercadorias e matérias-primas.

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Sistema de inventário permanente.

3.1.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

3.1.6. Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e Outras Contas a receber**

As dívidas de clientes/Utentes e Outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal.

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

- **Empréstimos**

O Empréstimo é registado no passivo pelo custo.



- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

- **Benefícios de Empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de turno, feriados, subsídio de Férias e Natal, abonos de caixa, entre outros.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

O subsídio de férias é pago em Julho, e o de Natal em Dezembro de cada ano, e reconhecido como gasto no mesmo período.

3.2. Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável

3.3. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valores e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantidades relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da SCMA.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, representados na Demonstração de Fluxos de Caixa.



Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da SCMA.

5. POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas e de estimativas, bem como não foram detetados erros que afetem a comparabilidade das demonstrações financeiras.

BALANÇO

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro (€):

	Saldo Inicial (31/12/2020)	Aquisições e Outros	saldo final (31/12/2021)
Ativos Intangíveis	94.848,69	2.049,18	96.897,87
Depreciações Acumuladas			
Perdas por Imparidade			
Depreciação acumulada	47.152,72	0,00	47.152,72
Ativo Intangível líquido	47.695,97	0,00	49.745,15

Divulga-se que as aquisições do ano de 2021 foram investimento em programas informáticos.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo Inicial (01/01/2021)	Aquisições e outros	Abates e outros	saldo final (31/12/2021)
Terrenos e recursos naturais	16.174,86			16.174,86
Edifícios e outras Construções	4.436.316,01	6.850,44	406.160,94	4.037.005,51
Outras Propriedades de Investimentos	348.492,40			348.492,40



Bens do Património Hist. e art. e Cultural	123.438,60		6.850,44	116.588,16
Outros AFT – Terrenos e Recursos Naturais	310.652,73	25.305,73		335.958,46
Outros AFT – Edifícios e Outras Construções	3.384.992,12	14.693,53		3.399.685,65
Equipamento Básico	984.668,84	5.925,91		990.594,75
Equipamento de Transporte	317.957,71	0		317.957,71
Equipamento Administrativo	305.340,80	4.038,05		309.378,85
Outros activos tangíveis	60.852,96	2.891,65	1.681,90	62.062,71
Inves. em Curso- Act. tangíveis	2.086.768,59	2.102.815,76		4.189.584,35
Ativo tangível bruto	12.375.655,62			14.123.483,41
Depreciações Acumuladas	3.416.129,40		123.783,98	3.292.345,42
Perdas por Imparidade				
Ativo Fixo Tangível Líquido	8.959.526,22			10.831.137,99

Divulgamos, destacando:

- a transferência do valor 6.850,00€ dos Outros Ativos Tangíveis para Propriedades de Investimento, relativo ao Teatro Alves Coelho reconhecendo-o integralmente como um Ativo de Investimento, quer por via do arrendamento do Café Teatro, quer por direito de superfície ao Município de Arganil, conforme contrato firmado.

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No ano de 2021 verificou-se uma variação (€6.319,81) derivada do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

9. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o Sistema de Inventário Permanente.

A quantidade de inventário como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, detalham-se conforme se segue:

	2021	2020	Diferença (2021-2020)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Géneros Alimentares	301.510,10	315.308,85	-13.798,75
Outros	68.092,87	68.520,97	-428,10
Total	369.602,97	383.829,82	-14.226,85

Saldo Inicial	Compras	Saldo Final	Diferença (SF-SI)
---------------	---------	-------------	----------------------



Géneros Alimentares	5.235,92	301.510,10	10.255,45	5.019,53
Outros	20.586,10	68.092,87	25.487,66	4.901,56
Total	25.822,02	369.602,97	35.743,11	9.921,09

10. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2021 e respetivo período homólogo a rubrica de Clientes e Outras contas a receber da Instituição têm a seguinte composição:

	2021	2020	Diferença (2021-2020)
Clientes			
Clientes Gerais	281.944,00	249.320,17	32.623,83
Utentes	59.971,44	75.860,30	-15.888,86
Cobrança Duvidosa	15.288,69	1.209,79	14.078,90
Total	357.204,13	326.390,26	30.813,87

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2021 e em 2020 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020	Diferença (2021-2020)
Estado e Outros Entes Públicos (ativo)			
Iva Suportado p/ Reembolso (relevância no iva da obra do hospital e alimentação)	96.873,35	0,00	96.873,35
Outras	600,00	601,97	-1,97
Total	97.473,35	601,97	96.871,38

	2021	2020	Diferença (2021-2020)
Estado e Outros Entes Públicos (passivo)			
Ret. de Imp. Sobre Rendimentos	8.728,78	7.549,23	1.179,55
Iva - Reembolsos pedidos*	0,00	0,00	0,00
IVA - A Pagar	29.187,74	4.495,77	24.691,97
Centro Regional de Seg. Social	54.081,63	49.219,61	4.862,02
FCT e FGCT	1.355,50	1.147,19	208,31
Total	93.353,65	62.411,80	30.941,85

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica apresenta valores com alguma relevância, pois encontram-se aqui registados montantes inerentes a projetos que estão a decorrer na Instituição, e aguarda-se pelo recebimento das respetivas verbas.



	2021	2020	Diferença (2021-2020)
Outras Contas a Receber			
Pessoal Cauções e outros	479,70	308,74	170,96
Portugal 2020	30.750,00	30.750,00	0,00
Porc- Mais Centro	6.790,20	6.790,20	0,00
Clifiargus, Lda	201.216,20	201.306,20	-90,00
Município de Arganil	0,00	4.611,34	-4.611,34
POAPMC-01-74F2-FEAC	6.222,50	20.988,41	-14.766,41
Adaptar Social+	0,00	3.981,01	-3.981,01
IEFP Convert+	13.903,55	25.607,10	-11.703,55
POISE	5.270,63	8.784,38	-3.513,75
Outros	34.715,52	35.811,10	-1.095,58
Total	299.347,80	338.938,48	-39.590,68

13. DIFERIMENTOS

Esta rubrica contempla gastos/Rendimentos a reconhecer que correspondem ao ano de 2021.

	2021	2020	Diferença (2021-2020)
Diferimentos (Ativo)			
Seguros	10.333,52	3.714,27	6.619,25
Outras despesas com Custo Diferido	11.966,60	897,53	11.069,07
Total	22.300,12	4.611,80	17.688,32

	2021	2020	Diferença (2021-2020)
Diferimentos (Passivo)			
Rendas a reconhecer *	132.231,59	0,00	132.231,59
Outros rendimentos a reconhecer	22.101,38	38.372,49	-16.271,11
Total	154.332,97	38.372,49	115.960,48

* Destaca-se nesta rubrica o valor de rendas não pagas e não aceites pela ARS no valor de 109.021,95€ a 31/12/2021, valor este que a Instituição continua a querer reconhecer estando a diligenciar no sentido do pagamento pelo inquilino.



14. CAIXA E DEPÓSITOS BANCARIOS

Descrição	2021	2020	Diferença (2021-2020)
Numerário (caixa)	513,28	422,46	90,82
Depósito à ordem	269.477,03	340.791,06	-71.314,03
Depósito a prazo	6.146,12	6.146,12	0,00
Total	276.136,43	347.359,64	-71.223,21

15. FUNDOS

Esta rubrica não apresentou alteração.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os Fundos da Instituição, eram compostos por € 1 137 883,88€.

16. RESERVAS

No decurso do exercício de 2021 não se registou nenhum movimento nesta rubrica.

De referir que a Instituição tem reconhecido o seu Resultado Líquido do Exercício integralmente na rúbrica de Resultados Transitados.

17. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

	2021	2020	Diferença (2021-2020)
OVFP - Subsídios			
Prémio BPI Seniores 2014	0,00	0,02	-0,02
PIDDAC	996,81	1.121,41	-124,60
Instituto Desporto	598,57	698,33	-99,76
Ministério da Educação	1.795,67	1.995,19	-199,52
Saude XXI	198.209,48	203.874,72	-5.665,24
IEFP- Empresas de Inserção	5.961,19	6.141,83	-180,64
CDSSC-Mases	49.271,23	49.271,23	0,00
PORC- Mais Centro	96.507,82	99.047,32	-2.539,50
ARS-Modelar	37.500,00	37.500,00	0,00
Outros	66.903,23	66.903,23	0,00
Total	457.744,00	466.553,28	-8.809,28

18. FUNDADORES/BENEMÉRITOS/(...) /ASSOCIADOS

Esta rubrica não registou variância.



19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Rubrica financiamentos obtidos apresenta um saldo de €2.167.000,42€, repartido por:

- 1.967.000,42 (conta empréstimos obtidos na CCAM, que pode atingir o montante de 2 000 000.00). Empréstimo contraído em 2019 para a construção/reabilitação do Hospital Condessa Canas.
- 200 000.00 (conta empréstimos obtidos no Montepio), referente a Linha Apoio ao Sector Social Covid-19.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2021	2020	Diferença (2021-2020)
Outras Contas a pagar			
Fornecedores de Investimentos*	462.748,03	435.059,81	27.688,22
Credores por acréscimos de Gastos**	310.685,56	281.543,08	29.142,48
Credores por subscrições não liberadas	5.670,34	6.243,07	-572,73
Credores Diversos ***	1.287.523,01	1.078.325,53	209.197,48
Perdas por imparidade acumuladas	13.767,75	0,00	13.767,75
Total	2.080.394,69	1.801.171,49	279.223,20

* Fornecedores da obra em curso – remodelação do novo hospital Condessa das Canas;

** O Valor mais significativo são os gastos com o pessoal, na rubrica de subsídio de férias, vencida a 01/01/2022, a gozar e a pagar em 2022.

*** Encontra-se registado nesta rubrica o sinal recebido pela venda da Quinta dos Bons Dias, cuja previsão de escritura em 2020 não ocorreu devido à pandemia, a expectativa é que a mesma seja escriturada durante 2022.

Pelo reconhecimento da perda por imparidade de 13.767,75€ de dívidas de inquilinos (rendas de casas de habitação), consideradas pela Instituição como perdas:

PERDAS POR IMPARIDADE / REVERSÕES	31-12-2021	31-12-2020
Saldo Inicial	0,00	-
Aumento do ano	13.767,75	-



Reversão do ano		-
Saldo final	13.767,75	-

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

21. RÉDITO

O rédito reconhecido pela entidade em 2021 e 2020 é detalhado conforme se segue:

	2021	2020
VENDAS	0,00	0,00
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1.835.523,60	1.754.909,50
Matrículas e Mensalidades de Utentes	979.185,87	886.352,18
UCC	597.285,28	653.915,78
Fisioterapia	104.175,45	71.400,86
Jornal "A Comarca de Arganil"*	116.207,43	128.410,30
Outros	38.669,57	14.830,38
TRABALHO PARA PRÓPRIA ENTIDADE	34.448,90	11.474,25
SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	880.482,13	849.579,25
Centro Distrital da segurança Social	808.396,50	738.422,01
De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados	72.085,63	111.157,24
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR		0,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	510.198,56	204.965,50
Rendimentos Suplementares	3.694,51	6.848,46
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	417.731,82	120.757,46
Outros	88.772,23	77.359,58
Subsídio para o Investimento	8.809,65	11.784,59
(...) Outros	79.962,58	65.574,99
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	19,63	19,98
Total	3.260.672,82	2.820.948,48

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.



A SCMA considera subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Em 2021 foi imputado ao rendimento do período o montante de 8.809,65€.

Foram ainda reconhecidos no exercício 880.482,13 € de subsídios à exploração da Instituição.

22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES:

22.1 PROVISÃO

Constitui uma obrigação presente legal como resultado de um acontecimento passado, o reconhecimento de uma provisão com base em valor divulgado em citação de um organismo público sendo provável que um exfluxo de recursos que incorporam contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade será necessário para liquidar as obrigações.

Tendo decidido a Instituição impugnar judicialmente a citação de dívida inscrita por não concordar com a mesma e não a reconhecer, necessita a SCMA de pedir Garantia Bancária s/ a citação no valor de 110.166,35€.

Provisões	Saldo Inicial	Diminuição (Utilização)	Aumento	Reversão	Saldo Final
Processos judiciais em curso	0,00		110.166,35		110.166,35
Total	0,00	0,00	110.166,35	0,00	110.166,35

22.2 PASSIVO CONTINGENTE

Considera ainda a SCMA divulgar um Passivo Contingente pela obrigação possível, à data do balanço, de aplicação de sanções monetárias em sequência de ações de fiscalização pela Segurança Social, recaindo sobre acontecimentos passados relacionados com processos de funcionamento do centro de dia, trabalhadores e prestadores de serviços, no valor estimado,



mas não fiável, de 103.229,82€. Não concordando a Instituição com o descrito em notificações de resultados da fiscalização, procedeu esta às devidas reclamações, estando estes processos em suspenso. Não reconhece por isso a SCMA passivo para estes acontecimentos.

22.3 ATIVO CONTINGENTE

Havendo um influxo de benefícios económicos prováveis decorrentes de falta de acerto de frequência dos utentes do Centro de Dia Sede, no que ao subsídio de exploração diz respeito pago pelo Instituto de Segurança Social num valor estimado no entanto com um elevado grau de incerteza de 42.892,61€, considera a SCMA divulgar o ativo contingente à data do balanço.

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 2021 e em 2020 é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Subcontratados*	29.984,36	30.326,27
Serviços Especializados	262.837,19	210.674,73
Materiais	54.187,67	90.526,41
Energia e fluidos	225.306,92	196.154,51
Deslocações, estadas e Transportes	5.866,80	6.153,77
Serviços Diversos	167.576,76	192.931,49
Total	745.759,70	726.767,18

24. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de Gastos com Pessoal nos exercícios findos em 2021 e em 2020 é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
GASTOS COM PESSOAL		
Remunerações do pessoal	1.470.738,69	1.388.891,92
Encargos sobre Remunerações	317.579,80	305.962,24
Seguros de acidentes no trabalho	22.111,38	21.280,88
Outros Gastos com Pessoal	14.984,50	22.746,63
Total	1.825.414,37	1.738.881,67



25. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÃO DO EXERCÍCIO

	2021	2020	Diferença (2021-2020)
Depreciação e amortizações exercício			
Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)	105.406,61	92.250,82	13.155,79
Ativos Fixos Intangíveis (nota 6)	0,00	0,00	0,00
Total	105.406,61	92.250,82	13.155,79

26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

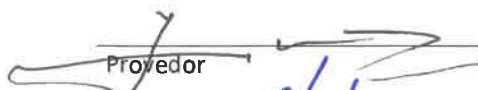
Não houve quaisquer acontecimentos após a data do balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem ao nível das divulgações adicionais.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

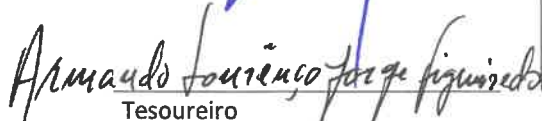
- À data de 31 de Dezembro de 2021 não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.
- À data de 31 de Dezembro de 2021 a Instituição tinha ao serviço 155 trabalhadores, distribuídos pelas várias valências, como se pode verificar nos mapas de resultado por atividades.
- Nota explicativa da atividade da Entidade:

Conforme relatório de Gestão.

Mesa Administrativa
(Arganil, 14/02/2022)


Provedor

Vice - Provedor


Tesoureiro

Conselho Fiscal
(Arganil, 14/02/2022)


Presidente

Contabilista certificado (C.C. n.º 55358)

215629388

55358

Assembleia Geral
(Arganil, 31/03/2022)


Presidente

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Santa Casa da Misericórdia de Arganil (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 12.101.821 euros e um total de fundos patrimoniais de 7.033.825 euros, incluindo um resultado líquido de 47.946 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Santa Casa da Misericórdia de Arganil em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais:

Lisboa, 29 de março de 2022



PKF & Associados, SROC, Lda.




Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

Tiago Romeiro Rocha (ROC n.º 1700 / CMVM n.º 20161310)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

Rua Comendador Cruz Pereira, 3300-034 - Arganil

 235 200 490  235 200 499  geral@scmarganil.pt

 www.scmarganil.pt  misericordiadearganil